BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Mesmo diante de um cenário global e doméstico ainda desafiador e em meio a mais um período marcado pela pandemia, a Companhia e suas controladas foram capazes de demonstrar seu compromisso com um modelo de negócio sustentável e resiliente em 2022. O esforço e dedicação de nossos colaboradores e prestadores de serviços levaram a uma melhora de todos os indicadores operacionais e financeiros da Companhia e suas controladas na comparação com o exercício anterior.

Encerramos 2022, com a marca de 8,2 milhões de clientes, sendo 4,8 milhões em planos médico-hospitalares e 3,4 milhões em planos odontológicos.

• Principais movimentos societários, aquisições e investimentos

(i) Combinações de negócios

Em janeiro de 2022, foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre o Hospital e Maternidade Maringá S.A. (Maringá), controlada da Companhia e CCG Participações S.A. (Grupo CCG), referente à aquisição pelo Maringá de 100% da participação societária do Grupo CCG. A operação do Grupo CCG está localizada em Porto Alegre - RS. O valor da aquisição foi de R$ 943.689, sendo uma parcela à vista de R$ 643.693 e R$ 299.996 retidos pela Companhia, a título de contraprestação contingente, destinado ao ajuste de preço de compra. Na eventual não utilização total da parcela retida, o saldo remanescente, será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em contrato.

Em fevereiro de 2022, foi assinado o contrato de compra e venda de quotas entre a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Intermédica), controlada da Companhia e Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda (HSCOR), referente à aquisição pela Intermédica de 100% da participação societária do HSCOR. A operação do HSCOR está localizada em Niterói - RJ. O valor da aquisição foi de R$ 26.879, sendo uma parcela à vista de R$ 11.213, R$ 15.666 retidos pela Companhia, a título de contraprestação contingente, destinado ao ajuste de preço de compra. Na eventual não utilização total da parcela retida, o saldo remanescente, será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em contrato.

(ii) Reestruturações societárias

A Companhia realizou alguns eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o intuito de simplificar a estrutura societária e obter maior ganho na sinergia através de redução de custos operacionais por meio de compartilhamento de estruturas administrativas:

	Ativo	Passivo	Acervo líquido incorporado
Climepe Total Ltda.	24.338	10.983	13.355
Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	63.924	40.677	23.247
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	3.264.805	210.674	3.054.131
Hospital São Bernardo S.A.	218.166	37.652	180.514
Centro Clínico Canoas S.A.	1.951	1.398	553
União de Clínicas Rio Grande Ltda.	4.970	4.316	654

• Capacidade financeira

A Companhia e suas controladas finalizaram o exercício de 2022 com R$ 2,6 bilhões em caixa (R$ 3,1 bilhões em 2021) sendo parte em aplicações financeiras distribuído entre certificado de depósitos bancários, fundos de investimento de renda fixa. A Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento. A Empresa não possui endividamento e seu fluxo financeiro é baseado em sua operação.

• Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R$ 14,4 bilhões em 2022 (R$ 12,6 bilhões em 2021), um crescimento de 14,3% em comparação ao exercício anterior, já considerando as incorporações ocorridas conforme destacamos anteriormente, reflexo do crescimento orgânico, inorgânico e reestruturações societárias do Grupo econômico no qual a Companhia e suas controladas pertencem.

Os custos dos serviços prestados totalizaram R$ 12,3 bilhões em 2022, apresentando um aumento de 18,3%, em comparação com 2021.

As despesas administrativas totalizaram R$ 1,4 bilhões em 2022, apresentando um crescimento de 31,6% em comparação com 2021.

As despesas comerciais totalizaram R$ 787 milhões, apresentando um crescimento de 13,5% em comparação com 2021.

O resultado financeiro totalizou R$ (589,2) milhões, apresentando um crescimento de 70,4% em comparação com 2021.

O prejuízo líquido totalizou R$ (885,9) milhões, apresentando um crescimento de 712,5% em comparação com 2021.

Em função do exposto acima, a administração entende que os resultados operacionais estão em linha com a estratégia do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica. Apresentamos abaixo a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou, e*m português, LAJIDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), através do qual é possível avaliar o quanto a Companhia e suas controladas estão gerando com suas atividades operacionais e sendo eficiente / competitiva na gestão do seu negócio principal, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre lucro.

Apresentamos o EBITDA por entender que representa de forma mais fidedigna o resultado operacional

Em milhares de R$	2022	2021	2022 x 2021
EBIT	(539,1)	329,1	-263,8%
Depreciação e amortização	433,8	344,9	25,8%
EBITDA	(105,3)	674,0	18,93%
Margem Ebitda	0,7%	5,3%	-4,6 p.p.

A Companhia e suas controladas seguem bastante otimistas em relação às integrações e oportunidades nas suas aquisições pois o planejamento vem sendo seguido sem que haja quaisquer surpresas até o momento e ainda, confiante de que haverá sinergias importantes que serão advindas do modelo de negócio do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica o que trará benefícios futuros para continuidade e crescimento das operações durante os anos que virão.

• Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei nº 6.404 (Sociedades por Ações).

• Considerações finais

A Companhia e suas controladas e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual faz parte, tem usado toda a experiência em gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia e suas controladas reiteram que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2022 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

São Paulo, 31 de março de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021	2020 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021	2020 (Reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	879.553	1.313.871	789.819	1.012.282	1.662.961	2.453.206
Aplicações financeiras	8	–	–	–	1.323.242	1.223.166	1.001.019
Contas a receber de clientes	9	–	–	–	832.740	662.216	637.763
Estoques		–	–	–	140.815	145.479	100.520
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	–	259.743	266.581	244.009
Tributos a recuperar	11	69.232	34.296	28.206	206.793	146.024	112.818
Outros ativos	12	14.046	142	142	135.719	99.143	79.163
		962.831	**1.348.309**	**818.167**	**3.911.334**	**4.205.570**	**4.628.498**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras	8	–	–	–	265.429	242.690	152.647
Tributos a recuperar	11	–	–	–	–	3.619	–
Impostos diferidos ativos	13	–	–	–	1.152.483	659.144	541.867
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	–	311.673	219.208	229.558
Depósitos judiciais e fiscais	14	–	–	–	1.174.145	902.687	683.289
Outros ativos	12	309	–	–	486.656	451.161	423.854
		309	**–**	**–**	**3.390.386**	**2.478.509**	**2.031.215**
Investimentos	15	10.598.781	9.315.858	8.574.075	6.367	7.421	993
Imobilizado	16	–	–	–	2.853.491	2.587.653	2.172.861
Direito de uso	17	–	–	–	747.593	646.847	492.451
Intangível	18	–	–	–	8.679.388	7.639.745	5.693.977
		10.598.781	**9.315.858**	**8.574.075**	**12.286.839**	**10.881.666**	**8.360.282**
		10.599.090	**9.315.858**	**8.574.075**	**15.677.225**	**13.360.175**	**10.391.497**
Total do ativo		**11.561.921**	**10.664.167**	**9.392.242**	**19.588.559**	**17.565.745**	**15.019.995**

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021	2020 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021	2020 (Reapresentado)
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		43	–	11	242.177	213.622	159.995
Salários a pagar		–	–	–	275.343	216.510	211.908
Tributos e encargos sociais a recolher	19	1.339	468	1.847	191.003	165.133	125.402
Dividendos a pagar		–	–	–	8	8	–
Empréstimos e financiamentos	20	1.010	155.591	185.856	74.388	195.878	225.077
Debêntures	21	567.844	51.817	70.401	866.534	344.692	81.091
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		–	–	53	7.977	22.433	62.431
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	–	–	–	2.017.767	1.522.844	1.176.699
Arrendamentos	17	–	–	–	51.479	57.596	38.376
Outros passivos	23	2.491	2.491	2.491	326.676	231.050	171.928
		572.727	**210.367**	**260.659**	**4.053.352**	**2.969.766**	**2.252.907**
Não circulante							
Tributos e encargos sociais a recolher	19	–	–	–	88.517	86.826	62.369
Empréstimos e financiamentos	20	977.172	768.265	610.947	1.231.009	1.296.237	943.663
Debêntures	21	2.158.172	2.638.007	1.440.876	2.424.321	3.169.936	2.238.572
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	–	–	–	847.973	687.651	531.537
Impostos diferidos passivos	13	–	–	–	609.199	407.845	280.315
Provisões para ações judiciais	24	–	–	–	957.544	774.510	870.530
Arrendamentos	17	–	–	–	796.659	657.156	489.355
Outros passivos	23	65.847	42.545	24.344	790.705	509.675	294.793
		3.201.191	**3.448.817**	**2.076.167**	**7.745.927**	**7.589.836**	**5.711.134**
Patrimônio líquido	25						
Capital social		7.048.080	5.388.080	5.333.080	7.048.080	5.388.080	5.333.080
Reserva de capital		(763.491)	(763.491)	(763.491)	(763.491)	(763.491)	(763.491)
Reserva de lucro		1.503.414	2.380.394	2.485.827	1.503.414	2.380.394	2.485.827
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**7.788.003**	**7.004.983**	**7.055.416**	**7.788.003**	**7.004.983**	**7.055.416**
Participação de não controladores		–	–	–	1.277	1.160	538
Total do patrimônio líquido		**7.788.003**	**7.004.983**	**7.055.416**	**7.789.280**	**7.006.143**	**7.055.954**
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.561.921**	**10.664.167**	**9.392.242**	**19.588.559**	**17.565.745**	**15.019.995**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Resultado do exercício	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	**5.333.080**	**(763.491)**	**126.308**	**2.359.519**	**–**	**7.055.416**	**538**	**7.055.954**
Aumento de capital	55.000	–	–	–	–	**55.000**	–	**55.000**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(105.280)	**(105.280)**	(64)	**(105.344)**
(–) Reserva legal	–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
(–) Reserva estatutária	–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
(–) Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Alteração na participação societária de controladas	–	–	–	–	(153)	**(153)**	–	**(153)**
Absorção do prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(105.433)	105.433	**–**	–	**–**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	**–**	686	**686**
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**5.388.080**	**(763.491)**	**126.308**	**2.254.086**	**–**	**7.004.983**	**1.160**	**7.006.143**
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**5.388.080**	**(763.491)**	**126.308**	**2.254.086**	**–**	**7.004.983**	**1.160**	**7.006.143**
Aumento de capital (Nota 25(a))	1.660.000	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.660.000**	**–**	**1.660.000**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(855.486)	**(855.486)**	(423)	**(855.909)**
Combinação de Negócios - Hapvida (Nota 15)	–	–	–	(20.858)	–	**(20.858)**	–	**(20.858)**
Alteração na participação societária de controladas (Nota 15)	–	–	–	(636)	–	**(636)**	–	**(636)**
Absorção do prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(855.486)	855.486	**–**	–	**–**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	**–**	540	**540**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.048.080**	**(763.491)**	**126.308**	**1.377.106**	**–**	**7.788.003**	**1.277**	**7.789.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido do exercício		**(855.486)**	**(105.280)**	**(855.909)**	**(105.344)**
Depreciação e amortização	16,18	–	–	433.813	278.764
Depreciação direito de uso	17	–	–	–	83.156
Equivalência patrimonial	15	401.285	(71.079)	–	–
Atualização monetária - depósitos judiciais	14	–	–	(79.916)	(24.946)
Atualização monetária - provisão para ações judiciais	24	–	–	90.782	87.714
Ajuste a mercado s/ aplicações financeiras	8	–	–	(5.378)	7.238
Atualização monetária - SUS	22(a)	–	–	15.706	26.811
Receita c/ aplicações financeiras	8	(24.221)	(28.972)	(226.213)	(110.091)
(Receita)/despesa - variação cambial		–	68	515	(535)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	13	–	–	(272.352)	111.792
Variação de provisões técnicas	22.c	–	–	177.451	96.549
Provisões para ações judiciais	28.a	–	–	140.497	83.588
Provisão/(reversão) - perda de recuperabilidade s/ créditos	28.c	–	–	163.117	(3.166)
Perda de recuperabilidade s/ créditos	28.c	–	–	129.152	108.966
Provisão de glosa esperada	9	–	–	(11.802)	(1.313)
Amortização - despesa de comercialização diferida	10	–	–	416.403	360.213
Juros s/ debêntures e custo de Captação	21	378.848	127.892	472.642	176.528
Juros s/ empréstimos e financiamentos e custo de captação	20	22.976	59.168	107.206	95.342
Juros s/ arrendamentos	17	–	–	73.053	60.818
Baixa imobilizado/intangível	16,18	–	–	53.353	12.336
Outros		(2.823)	–	7.291	(1.811)
Instrumentos derivativos - *NDF (Non-Deliverable Forward)*		–	–	7.840	7.276
Baixa direito de uso/(arrendamentos)	17	–	–	(88)	(2.713)
		(79.421)	**(18.203)**	**876.862**	**1.325.639**
(Aumento)/diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes	9	–	–	(605.469)	(76.810)
Estoques		–	–	14.922	(27.250)
Tributos a recuperar		119.169	8.835	(53.000)	(42.965)
Despesas de comercialização diferida	10	–	–	(502.030)	(370.310)
Depósitos judiciais e fiscais	14	–	–	(181.814)	(127.756)
Outros ativos		(14.212)	–	(46.062)	(43.443)
		104.957	**(8.835)**	**(1.373.453)**	**(688.534)**
Aumento/(diminuição) dos passivos					
Fornecedores		43	(11)	(7.288)	(179.530)
Salários a pagar		–	–	44.671	(34.242)
Tributos e encargos sociais a recolher		871	(1.379)	(10.535)	(45.677)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		–	–	360.617	124.928
Provisão para imposto de renda e contribuição social		–	(53)	–	–
Provisões para ações judiciais	24	–	–	(117.939)	(66.476)
Outros passivos		1.302	18.201	98.222	(226.872)
		2.216	**16.758**	**367.748**	**(427.869)**
Caixa (consumido)/gerado pelas atividades operacionais		**27.752**	**7.390**	**(168.542)**	**230.769**
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		–	–	(28.651)	(114.123)
Fluxo de caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades operacionais		**27.752**	**7.390**	**(197.193)**	**116.646**
Fluxo de caixa das atividades de Investimento					
Aquisição de participação minoritária		–	(5.000)	–	(5.000)
Aplicações financeiras	8	(3.083.108)	(3.691.565)	(11.162.568)	(14.299.156)
Resgate de aplicações financeiras	8	3.107.329	3.720.469	11.358.197	14.336.815
Combinação de negócios	4	–	(65.757)	(651.376)	(1.786.727)
Aquisição de imobilizado	16	–	–	(339.091)	(232.920)
Aquisição de intangível	18	–	–	(6.053)	(3.408)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		301.115	84.575	–	–
Aumento de capital	15	(2.037.800)	(699.600)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	15	(98.300)	–	–	–
Fluxo de caixa líquido gerado/(consumido)/pelas atividades de investimento		**(1.810.764)**	**(656.878)**	**(800.891)**	**(1.990.396)**
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento					
Aumento de capital		1.660.000	55.000	1.660.000	55.000
Contraprestação paga - arrendamento		–	–	(142.149)	(121.786)
Captação de empréstimos e financiamentos		1.000.000	300.000	1.321.260	508.733
Empréstimos e financiamentos - principal pago		(910.000)	(180.000)	(1.592.040)	(302.489)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos		(58.650)	(52.115)	(203.251)	(74.390)
Captação de debêntures		–	1.193.359	–	1.193.359
Debêntures - juros pagos		(342.656)	(82.704)	(429.748)	(114.922)
Debêntures - principal pago		–	(60.000)	(266.667)	(60.000)
Fluxo de caixa líquido gerado/(consumido)		**1.348.694**	**1.173.540**	**347.405**	**1.083.505**
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(434.318)**	**524.052**	**(650.679)**	**(790.245)**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício		**1.313.871**	**789.819**	**1.662.961**	**2.453.206**
Caixa e equivalentes de caixa - final do exercício		**879.553**	**1.313.871**	**1.012.282**	**1.662.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, expresso em reais)

	Nota	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	26	–	–	14.358.975	12.584.361
Custos dos serviços prestados	27	–	–	(12.342.262)	(10.392.585)
Lucro bruto		**–**	**–**	**2.016.713**	**2.191.776**
Despesas administrativas	28.a	(43.326)	(4.459)	(1.442.976)	(1.096.513)
Despesas comerciais	28.b	–	–	(786.777)	(692.942)
Perdas de recuperabilidade sobre créditos	28.c	–	–	(318.719)	(105.800)
Equivalência patrimonial	15	(401.285)	71.079	–	–
Outras receitas (despesas), líquidas		(1.194)	–	(7.333)	32.559
(Prejuízo)/Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**(445.805)**	**66.620**	**(539.092)**	**329.080**
Receitas financeiras	29	28.123	30.216	414.140	206.721
Despesas financeiras	29	(437.804)	(202.116)	(1.003.310)	(552.415)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(855.486)**	**(105.280)**	**(1.128.262)**	**(16.614)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13	–	–	(10.112)	(65.668)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13	–	–	282.465	(23.062)
Prejuízo líquido do exercício		**(855.486)**	**(105.280)**	**(855.909)**	**(105.344)**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(855.486)	(105.280)	(855.486)	(105.280)
Acionistas não controladores		–	–	(423)	(64)
		(855.486)	**(105.280)**	**(855.909)**	**(105.344)**
Resultado por ação:					
Básico	30	(0,1214)	(0,0197)	(0,1214)	(0,0198)
Diluído	30	(0,1214)	(0,0197)	(0,1214)	(0,0198)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(855.486)	(105.280)	(855.909)	(105.344)
Resultados abrangentes				
Perda de variação de participação societária	–	(153)	–	(153)
Resultado abrangente total	**(855.486)**	**(105.433)**	**(855.909)**	**(105.497)**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(855.486)	(105.433)	(855.486)	(105.433)
Acionistas não controladores	–	–	(423)	(64)
	(855.486)	**(105.433)**	**(855.909)**	**(105.497)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)
Receitas		**–**	**–**	**14.567.855**	**12.894.505**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	26	–	–	14.844.202	12.967.906
Outras receitas		–	–	42.372	32.399
Perda de recuperabilidade sobre créditos - reversão/(constituição)	28.c	–	–	(318.719)	(105.800)
Insumos adquiridos de terceiros		**(5.990)**	**(1.657)**	**(12.980.850)**	**(10.920.666)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		–	–	(11.493.614)	(9.834.430)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.990)	(1.657)	(1.487.236)	(1.086.236)
Valor adicionado bruto		**(5.990)**	**(1.657)**	**1.587.004**	**1.973.839**
Depreciação e amortização	26, 27	**–**	–	**(433.813)**	**(361.920)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**(5.990)**	**(1.657)**	**1.153.191**	**1.611.919**
Valor adicionado recebido em transferência		**(374.355)**	**101.295**	**370.364**	**208.480**
Resultado de equivalência patrimonial	15	(401.285)	71.079	–	–
Receitas financeiras	29	28.124	30.216	414.140	206.721
Outras		(1.193)	–	(43.776)	1.759
Valor adicionado total a distribuir		**(380.345)**	**99.638**	**1.523.555**	**1.820.399**
Distribuição do valor adicionado		**380.345**	**(99.638)**	**(1.523.555)**	**(1.820.399)**
Pessoal		**–**	**(2.802)**	**(894.815)**	**(739.315)**
Remuneração direta		–	(2.802)	(816.384)	(668.711)
Benefícios		–	–	(49.488)	(44.455)
FGTS		–	–	(28.943)	(26.149)
Impostos, taxas e contribuições		**(37.336)**	**(10.609)**	**(471.725)**	**(643.127)**
Federais		(37.336)	(10.609)	(220.728)	(440.954)
Municipais		–	–	(250.997)	(202.173)
Remuneração de capital de terceiros		**(437.805)**	**(191.507)**	**(1.012.924)**	**(543.301)**
Juros	29	(434.456)	(191.444)	(923.928)	(539.793)
Aluguéis		–	–	(82.660)	(1.523)
Outras		(3.349)	(63)	(6.336)	(1.985)
Remuneração de capital próprio		**855.486**	**105.280**	**855.909**	**105.344**
Prejuízo retido do exercício		855.486	105.280	855.486	105.280
Participação dos não controladores		**–**	–	423	64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BCBF Participações S.A.** ("Companhia"), é uma *holding*, constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 8º andar, conjunto 81, sala A. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia foi constituída em 19 de novembro de 2013 e tem como objeto social (i) a administração de seus próprios bens; e (ii) a participação como sócia, acionista ou detentora de qualquer outro direito de participação no capital de outras sociedades civis ou comerciais que tenham por objeto atividades relacionadas aos diversos ramos de saúde, incluindo sociedades que, direta ou indiretamente (a) administrem, comercializem ou distribuam planos de assistência à saúde ou planos odontológicos privados; (b) operem hospitais, laboratórios, centros clínicos ou unidades de atendimento médico; e/ou (c) possuam imóveis destinados primordialmente ao desenvolvimento de atividades no setor de saúde.

Em 16 de setembro de 2019, a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) concedeu à Companhia, o registro de companhia aberta na categoria "B".

A Companhia é controladora direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Intermédica), Hospital e Maternidade Maringá S.A. e Clinipam - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda., e indireta de entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e tais entidades têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações. As informações sobre as controladas diretas e indiretas da Companhia estão sendo apresentadas na nota explicativa 5.3.1.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentaram Capital Circulante Líquido (CCL) negativo no montante de R$ 142.018 (Capital Circulante Líquido positivo de R$ 1.235.804 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. OUTROS ASSUNTOS

2.1. Efeitos do coronavírus (COVID-19)

Com o avanço dos programas de vacinação da população mundial e maior controle sobre a pandemia, os efeitos da COVID-19 reduziram drasticamente, sendo possível observar a diminuição e, em determinados casos, a extinção das medidas de isolamento social.

A economia brasileira apresentou uma melhora na atividade econômica, bem como a adaptação dos consumidores às novas condições sociais, resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços. Como resultado, a economia local vem retornando aos níveis de pré-pandemia, com a imunização de grande parte da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus.

Desde o início da pandemia, a Companhia e suas controladas tem se comprometido em assegurar a seus beneficiários acesso à saúde de qualidade mesmo diante do cenário desafiador. A Companhia e suas controladas permanecem vigilantes, monitorando os possíveis impactos de eventuais novas variantes do COVID-19 em seu negócio e atuando proativamente para garantir o atendimento aos beneficiários e contribuir com a sociedade.

Não foram identificados no período atual, idem a períodos anteriores, desde o início da Pandemia, quaisquer riscos de créditos e insuficiências de perdas esperadas sobre créditos, ou ainda, riscos de liquidez e geração de caixa da Companhia e suas controladas.

2.2. Impactos relacionados à invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

continua →★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia e suas controladas está acompanhando potenciais impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados ajustes materiais a serem divulgados.

2.3. Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

Adicionalmente, foi realizado um estudo piloto para avaliação da relação entre aquecimento global e as demandas por serviços de saúde. A iniciativa envolveu a análise das admissões hospitalares por doenças cardiovasculares (DCV) no Hospital Bosque da Saúde, localizado na cidade de São Paulo (SP). O objetivo foi investigar o aumento da demanda por internações em relação ao risco de ondas de calor no futuro.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

2.4. Reestruturação societária

A Companhia realizou os seguintes eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o intuito de simplificar a estrutura societária e obter maior ganho na sinergia através de redução de custos operacionais por meio de compartilhamento de estruturas administrativas:

	Climepe Total Ltda. (i)	Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A. (ii)	Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (iii)	Hospital São Bernardo S.A. (iv)	Centro Clínico Canoas S.A. (v)	União de Clínicas Rio Grande Ltda. (vi)
Ativo	24.338	63.924	3.264.805	218.166	1.951	4.970
Passivo	10.983	40.677	210.674	37.652	1.398	4.316
Acervo líquido incorporado	**13.355**	**23.247**	**3.054.131**	**180.514**	**553**	**654**

(i) Incorporação Climepe Total Ltda.

Em 1º de abril de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/acionistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa controlada Climepe Total Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A., nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(ii) Incorporação Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.

Em 2º de maio de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da companhia Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A., pela controlada Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A., nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(iii) Incorporação Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.

Em 2º de maio de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/quotistas das sociedades envolvidas, a incorporação da empresa Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., pela controlada Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda. nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(iv) Incorporação Hospital São Bernardo S.A

Em 1º de setembro de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da companhia Hospital São Bernardo S.A., pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(v) Incorporação Centro Clínico Canoas Ltda.

Em 1º de setembro de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/quotistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa Centro Clínico Canoas Ltda., pela controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda., nos termos.do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(vi) Incorporação União de Clínicas Rio Grande Ltda.

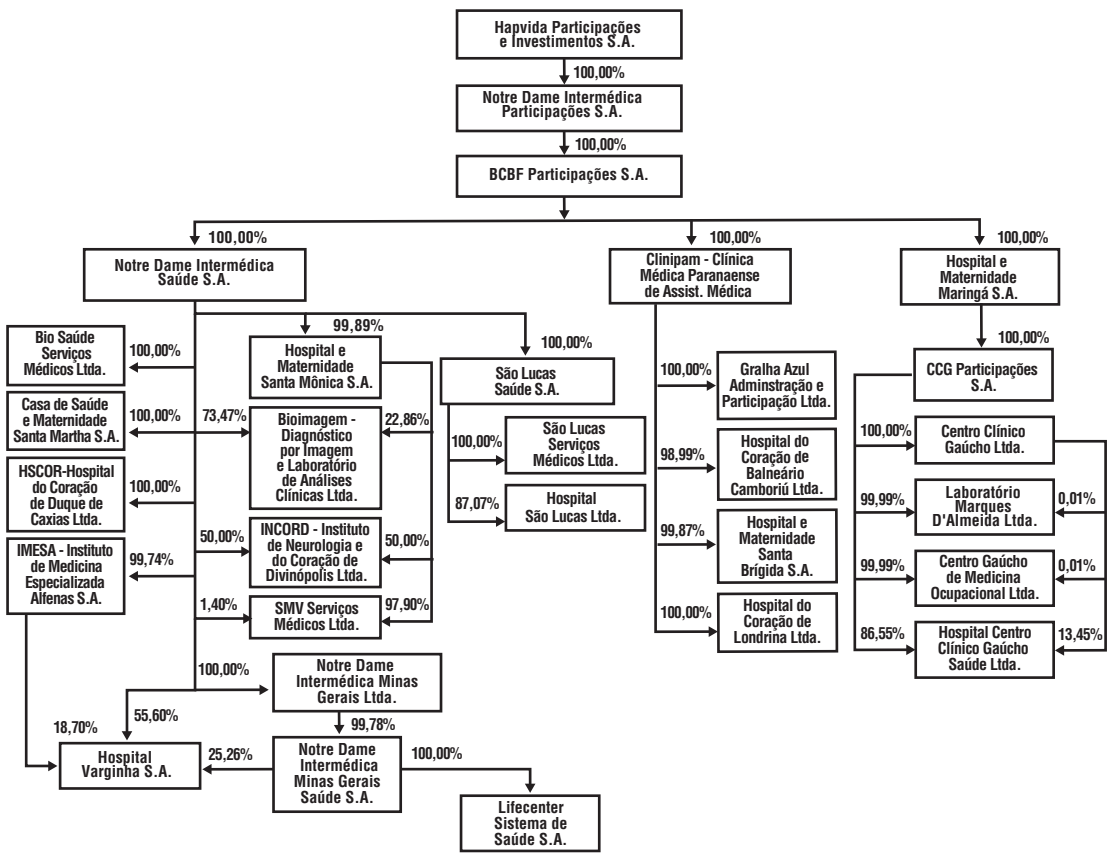
Em 1º de setembro de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/quotistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa União de Clínicas Rio Grande Ltda., pela controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda., nos termos.do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(vii) Distrato Social - NDIS Drogaria Ltda.

Em 15 de junho de 2022, a controlada Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda., quotista da NDIS Drogaria, por não mais interessar a continuidade da empresa, decidiu dissolver e extinguir a sociedade, promovendo o distrato social da sociedade, encerrando suas atividades nesta data.

3. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia e suas controladas encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a seguinte estrutura societária:



4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

A seguir, demonstramos as combinações de negócios realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1. Aquisição Grupo CCG

Em janeiro de 2022, foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre o Hospital e Maternidade Maringá S.A. (Maringá), controlada da Companhia e CCG Participações S.A. (Grupo CCG), referente à aquisição pelo Maringá de 100% da participação societária do Grupo CCG. A operação do Grupo CCG está localizada em Porto Alegre - RS.

(a) Contraprestação transferida

Parcela à vista	643.693
Parcela retida	299.996
Total da contraprestação	**943.689**

O valor da aquisição foi de R$ 943.689, sendo uma parcela à vista de R$ 643.693 e R$ 299.996 retidos pela Companhia, a título de contraprestação contingente, destinado ao ajuste de preço de compra. Na eventual não utilização total da parcela retida, o saldo remanescente, será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em contrato.

(b) Mensuração do valor justo

O item "(c)" a seguir, desta nota explicativa, demonstra a contraprestação transferida e os valores justos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. Foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por um consultor independente contratado pela Companhia para suportar a conclusão da Administração.

As técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos foram as seguintes, cuja escolha da metodologia aplicada para cada classe de ativo está relacionada com a natureza e função destas na operação do negócio:

Ativo	Método de avaliação
Imobilizado	Mais valia
Ativo intangível - carteira de clientes	Abordagem de renda (*Multi-Period Excess Earnings*)

• Multi-Period Excess Earnings Model - MPEEM - Este método mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Dos fluxos de caixa futuros atribuíveis diretamente ao ativo são descontados os custos e despesas operacionais e da margem resultante são subtraídos os encargos sobre os ativos contribuintes identificados diretamente relacionados ao ativo em questão (*Contributory Charges*) para se chegar aos fluxos livres a serem descontados para cálculo do valor presente.

As informações obtidas sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição podem resultar em ajustes na alocação de ativos identificáveis, passivos assumidos e ágio e é a melhor estimativa possível. Esta análise será concluída no prazo máximo de 12 meses a partir da data da aquisição.

(c) Ágio e mensuração efetuada em bases provisórias

A tabela a seguir demonstra a contraprestação transferida e os valores justos, em base provisória, dos ativos e passivos na data de aquisição, obtidos em laudo técnico elaborado por consultores independentes contratados pela Companhia para embasar a conclusão da Administração.

	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Contraprestação transferida (1)	**943.689**
Ativos adquiridos a valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	3.491
Aplicações financeiras	93.226
Contas a receber de clientes	15.688
Estoques	9.422
Tributos a recuperar	85
Depósitos judiciais	9.728
Outros ativos	24.646
Imobilizado	271.975
Intangível	336.312
Total dos ativos adquiridos a valor justo	**764.573**
Passivos assumidos a valor justo	
Fornecedores	24.726
Salários a pagar	11.647
Tributos e encargos sociais a recolher	9.674
Empréstimos e financiamentos a pagar	190.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	103
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	107.412
Provisão para tributos diferidos	201
Provisões para ações judiciais	30.970
Arrendamento mercantil	136.426
Outros passivos	9.667
Total dos passivos assumidos a valor justo	**521.475**
Ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo (2)	**243.098**
Total do ágio (1) - (2)	**700.591**

Estima-se que os valores referentes ao ágio e mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, fundamentada nos benefícios esperados com a sinergia das operações da Companhia e de seu Grupo Econômico.

Desde a data da aquisição, janeiro de 2022, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo CCG contribuiu para a Companhia com receitas líquidas consolidadas de R$ 429.062 e um prejuízo líquido de R$ 66.407.

4.2. Aquisição Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda

Em fevereiro de 2022, foi assinado o contrato de compra e venda de quotas entre a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Intermédica), controlada da Companhia e Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda (HSCOR), referente à aquisição pela Intermédica de 100% da participação societária do HSCOR. A operação do HSCOR está localizada em Niterói - RJ.

(a) Contraprestação transferida

	Valor original	Ajuste de preço (i)	Valor final
Parcela à vista	11.213	–	11.213
Parcela retida	16.000	(334)	15.666
Total da contraprestação	**27.213**	**(334)**	**26.879**

O valor da aquisição foi de R$ 26.879, sendo uma parcela à vista de R$ 11.213 e R$ 15.666 retidos pela Companhia, a título de contraprestação contingente, destinado ao ajuste de preço de compra. Na eventual não utilização total da parcela retida, o saldo remanescente, será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em contrato.

(i) Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado termo de quitação do ajuste de preço, no valor de R$ 334. As partes estabeleceram que o valor apurado no ajuste de preço conforme premissas estabelecidas em contrato foram positivas para NDI Saúde, na forma estabelecida no contratado de compra e venda de quotas e imóveis e outras avenças, firmado em 10 de fevereiro de 2022.

(b) Mensuração do valor justo

O item "(c)" a seguir, desta nota explicativa, demonstra a contraprestação transferida e os valores justos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. Foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por um consultor independente contratado pela Companhia para suportar a conclusão da Administração.

As técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos foram as seguintes, cuja escolha da metodologia aplicada para cada classe de ativo está relacionada com a natureza e função destas na operação do negócio:

Ativo	Método de avaliação
Imobilizado	Mais valia

As informações obtidas sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição podem resultar em ajustes na alocação de ativos identificáveis, passivos assumidos e ágio e é a melhor estimativa possível. Esta análise será concluída no prazo máximo de 12 meses a partir da data da aquisição.

(c) Ágio e mensuração efetuada em bases provisórias

A tabela a seguir demonstra a contraprestação transferida e os valores justos, em base provisória, dos ativos e passivos na data de aquisição, obtidos em laudo técnico elaborado por consultores independentes contratados pela Companhia para embasar a conclusão da Administração.

	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Contraprestação transferida (1)	**26.879**
Ativos adquiridos a valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	39
Contas a receber de clientes	4.794
Estoques	836
Tributos a recuperar	178
Outros ativos	77
Imobilizado	22.452
Total dos ativos adquiridos a valor justo	**28.376**
Passivos assumidos a valor justo	
Fornecedores	10.437
Salários a pagar	2.515
Tributos e encargos sociais a recolher	28.422
Empréstimos e financiamentos a pagar	12.887
Arrendamento mercantil	501
Outros passivos	2.553
Total dos passivos assumidos a valor justo	**57.315**
Ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo (2)	**(28.939)**
Total do ágio (2) - (1)	**55.818**

Estima-se que os valores referentes ao ágio e mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, fundamentada nos benefícios esperados com a sinergia das operações da Companhia e de seu Grupo Econômico.

Desde a data da aquisição, fevereiro de 2021, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o HSCOR contribuiu para a Companhia com receitas líquidas consolidadas de R$ 53.906 e um prejuízo líquido de R$ 5.346. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a Companhia estima que as receitas líquidas consolidadas teriam sido de R$ 53.476 e um prejuízo líquido de R$ 1.713.

5. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

5.1. Base de preparação

5.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5.3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

• Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
• Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e
• Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.2.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2023.

5.1.2 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

5.1.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

5.1.4 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

5.1.5 Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro".

5.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa nº 4 - Combinação de negócios. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
• Nota explicativa nº 9 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
• Nota Explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
• Nota explicativa nº 17 - Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar - A Companhia e suas controladas não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.
• Nota explicativa nº 18 - Intangível. Teste de eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UCGs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções.
• Nota explicativa nº 22 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avalição de passivos de seguros.
• Nota explicativa nº 24 - Provisão para ações judiciais. A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.
• Nota explicativa nº 6 - Instrumentos financeiros. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa nº 4 - Aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
• Nota explicativa nº 9 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber: reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
• Nota explicativa nº 10 - Despesas de comercialização diferidas: identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, consequentemente, sua apropriação ao resultado contábil do período/exercício.
• Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
• Nota explicativa nº 16 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado: determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período/exercício.
• Nota explicativa nº 18 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, consequentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período/exercício. Teste de eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradora de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.
• Nota explicativa nº 17 - Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar - Determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento. A Companhia e suas controladas não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.
• Nota explicativa nº 22 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro.
• Nota explicativa nº 24 - Provisões para ações judiciais. A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(iii) Mensuração a valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

• No mercado principal para ativo ou passivo; e
• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos, utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado, que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

• Nível I - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
• Nível II - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
• Nível III - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa nº 4 - Combinações de negócios; e
• Nota explicativa nº 5.3.8 - Instrumentos financeiros.

5.3. Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

5.3.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas da Companhia:

			Participação societária			
			31 de dezembro de			
			2022		2021	
	Atividade principal	Data de aquisição	Data da incorporação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Plano de saúde	–	–	100,00%	–	100,00%	–
Hospital São Bernardo S.A.	Saúde	23/02/2017	01/09/2022	–	–	–	100,00%
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	Saúde	05/04/2019	01/05/2022	–	–	100,00%	–
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	23/01/2020	–	–	100,00%	–	100,00%
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	23/01/2020	–	–	100,00%	–	100,00%
Hospital São Lucas[1] (Clínica São Lucas Ltda.)	Saúde	23/01/2020	–	–	87,07%	–	87,07%
Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	Plano de saúde	07/02/2020	–	100,00%	–	–	100,00%
Gralha Azul Administração e Participação Ltda.	Administradora de bens	07/02/2020	–	–	100,00%	–	100,00%
Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda.	Saúde	20/05/2020	–	–	98,99%	–	98,99%
SMV Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	24/08/2020	–	–	97,90%	–	97,30%
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	24/08/2020	–	–	99,89%	–	99,86%
INCORD - Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	–	–	100,00%	–	100,00%
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	–	–	96,33%	–	93,35%
Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.	Saúde	23/10/2020	–	–	99,87%	–	99,99%
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Saúde	20/01/2021	–	–	100,00%	–	100,00%
Climepe Total Ltda.	Plano de saúde	08/03/2021	01/04/2022	–	–	–	100,00%
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	31/03/2021	–	–	100,00%	–	100,00%
Hospital do Coração de Londrina Ltda.	Saúde	05/04/2021	–	–	100,00%	–	100,00%
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	Holding	13/04/2021	–	–	100,00%	–	100,00%
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	Plano de saúde	13/04/2021	–	–	99,78%	–	100,00%
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	Saúde	16/07/2021	–	100,00%	–	100,00%	–
Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	Plano de saúde	04/08/2021	01/05/2022	–	–	–	99,39%
IMESA - Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	Saúde	04/08/2021	–	–	99,74%	–	99,50%
Hospital Varginha S.A.	Saúde	04/08/2021	–	–	99.56%	–	99,41%
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	Saúde	01/10/2021	–	–	100,00%	–	100,00%
CCG Participações S.A.	Holding	10/01/2022	–	–	100,00%	–	–
Centro Clínico Gaúcho S.A.	Plano de saúde	10/01/2022	–	–	100,00%	–	–
Laboratório Marques D'Almeida Ltda.	Laboratório	10/01/2022	–	–	100,00%	–	–
Centro Clínico Canoas Ltda.	Saúde	10/01/2022	01/09/2022	–	–	–	–
Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda.	Medicina ocupacional	10/01/2022	–	–	100,00%	–	–
Hospital Centro Clínico Gaúcho Saúde Ltda.	Saúde	10/01/2022	–	–	100,00%	–	–
União de Clínicas Rio Grande Ltda.	Plano de saúde	10/01/2022	01/09/2022	–	–	–	–
Hospital do Coração Duque de Caxias Ltda.	Saúde	10/02/2022	–	–	100,00%	–	–

[1] Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 24 de julho de 2022, os associados aprovaram a conversão da associação em sociedade por ações e a nova denominação social em razão da conversão para Hospital São Lucas S.A.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se o pagamento for classificado como instrumento patrimonial, então ele não é remensurado e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar a participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações em intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5.3.2. Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 - Contratos com clientes.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 22, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia e suas controladas adotam como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

(iii) Receitas de contraprestações

Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata* dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

5.3.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

5.3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5.3.5. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

5.3.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	Vida útil (anos)
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

5.3.7. Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

5.3.8. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas não transferem não mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.3.9. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões.

Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, eles funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes a Companhia e suas controladas, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas.

A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Operating Decision Maker* (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas são derivadas de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade.

5.3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas.

5.3.11. Perda de recuperabilidade sobre créditos

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico, levando em consideração variáveis independentes, como tipo de cobertura, duração do contrato, quantidade de dias em que o título está atrasado e valor em aberto do cliente.

A Companhia e suas controladas adotam um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes, segregando as análises em operações para clientes corporativos grandes contratos, corporativos pequenas e médias empresas (coletivos) e planos individuais (pessoa física), levando em consideração o fator de risco inerente em cada uma dessas relações. O modelo parte da avaliação do crédito realizada para cada perfil de cliente. Do resultado apurado, a Companhia e suas controladas analisam e comparam com as perdas históricas, a fim de verificar se o montante apurado está razoável.

5.3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

5.3.13. Investimentos - controladas

A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

5.3.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

5.3.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- No custo de cumprir o contrato; ou
- No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

- *Provisões técnicas de operações de assistência à saúde*
- *Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG)*: é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.
- *Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde)*: é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.
- *Provisão para eventos a liquidar*: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.
- *Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)*: é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
- *Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS)*: refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados.
- *Provisão para remissão*: é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

5.3.16. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam na data de início do contrato se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de dire

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3.17. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

• A data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e

• A data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas controladas.

5.3.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

5.3.19. Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão.

O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

5.3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas em comparação em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

• IAS 16 (CPC 27) - Ativo imobilizado;

• IFRS 3 (CPC 15) - Combinação de Negócios - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual;

• IAS 37 (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos;

• IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia irá adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

• Alteração ao IAS 1 (CPC 26) "Apresentação das Demonstrações Contábeis";

• Alteração ao IAS 1 (CPC 26) e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis;

• Alteração ao IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

• Alteração ao IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro

5.3.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) IFRS 17 - Contratos de seguro

O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17/CPC 50, recepcionado pela CVM, por meio da Resolução CVM 42/2021, é aplicável para exercícios anuais com início em 1° de janeiro de 2023.

A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

A Companhia e suas controladas vendem (a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar própria; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada. Nessas operações, as operadoras de saúde da Companhia e suas controladas administram "riscos de saúde", no qual há a combinação da prestação de serviços de assistência à saúde e um método de precificação da contraprestação a ser recebida a partir de uma mensalidade por taxa mensal fixa e que considera a premissa de se tratar de um contrato de longo prazo e com capacidade de tornar os clientes cativos; dentre outros aspectos relevantes.

Impacto estimado da adoção da IFRS 17

O IFRS 17/CPC 50 busca uniformizar a ampla variedade de práticas contábeis até então aplicadas no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras em diferentes jurisdições.

A Norma, com efeitos partir de 1º de janeiro de 2023, tem como data de transição 1º de janeiro de 2022, e os impactos de transição devem afetar diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

A eventual adoção do IFRS 17/CPC 50 não resultará em impactos regulatórios, uma vez que tais limites são calculados segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no Brasil aplicáveis às operadoras de saúde autorizadas a funcionar pela ANS que não aprovou o IFRS 17/CPC 50.

O IFRS 17/CPC 50 exige que todas as seguradoras reflitam os efeitos das mudanças em suas demonstrações financeiras de maneira transparente, fornecendo informações sobre a lucratividade atual e futura dos seus contratos de seguro. Além dessa comparabilidade, a norma instituiu os níveis de agrupamento dos contratos de seguro (nível de saframento, portfólio e grupos) e a aplicação dos modelos contábeis que devem ser definidos de acordo com as características dos contratos de seguros. Esses modelos são divididos em:

• **BBA - *Building Block Approach* (Modelo Geral de Mensuração)**: modelo padrão para todos os contratos de seguros;

• **PAA - *Premium Allocation Approach* (Abordagem de Alocação de Prêmio)**: modelo simplificado opcional, indicado para contratos de curta duração (cobertura até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA; e

• **VFA - *Variable Fee Approach* (Abordagem de Taxa Variável)**: modelo aplicável a contratos de seguros com características de participação direta, compostos substancialmente por contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

No reconhecimento inicial do modelo BBA, deve-se considerar as estimativas de fluxo de caixa futuro, os ajustes do valor do dinheiro no tempo (ajustes a valor presente) e os ajustes dos riscos não financeiros para avaliar se o contrato é superavitário ou deficitário. Com isso, surge o conceito da margem de serviço contratual (CSM - *Contractual Service Margin*), que deverá ser contabilizada no passivo, sendo convertida para receita ao longo da vigência do contrato. Nos casos de contratos onerosos (quando essa margem de serviço contratual é deficitária), esses valores deverão ser contabilizados imediatamente no resultado.

No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de vigência dos contratos.

(ii) Alterações ao IAS 1: Apresentação das Demonstrações Financeiras

De acordo com o IAS 1 - *Presentation of financial statements,* para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração do IAS 1 *Classification of liabilities as current or non-current,* cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determina que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dozes meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *convenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

(iii) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practive Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a *"IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements"* para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(iv) Alterações ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(v) Alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

5.4. Harmonização de práticas contábeis

Em 11 de fevereiro de 2022, foi consumada a combinação de negócios entre a Notre Dame Intermédica Participações S.A., controladora da Companhia, e a Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida).

A Companhia e suas controladas procederam à harmonização de práticas contábeis com Hapvida, na qual ocorreram revisão nas estimativas contábeis com efeitos prospectivos conforme CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro com mudança de estimativa contábil, da quais as rubricas impactadas foram as seguintes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

(i) Provisão para perda de créditos com liquidação duvidosa

(ii) Provisão para órteses, próteses e materiais especiais (OPME)

(iii) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados SUS (PEONA SUS)

5.5. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia está reapresentando, para melhor comparabilidade e apresentação, as demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, emitidas em 29 de março de 2022 e 24 de março de 2021, respectivamente. As alterações realizadas são as seguintes:

Balanço patrimonial

(i) Reclassificação da rubrica "Outros ativos" para rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" (R$ 498.412 em 31 de dezembro de 2021 e R$ 376.929 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado). Para melhor apresentação da rubrica de ISS a pagar, a Companhia efetuou reclassificação do ativo relacionado a esta rubrica, pois este refere-se a pagamento em consignação do referido imposto, porém não está relacionado a um processo judicial. Por uma questão operacional da Prefeitura Municipal de São Paulo, não é possível efetuar o recolhimento com os abatimentos relacionados ao segmento de saúde.

(ii) Reclassificação da rubrica "Outros ativos" para rubrica "Outros passivos" (R$ 17.286 em 31 de dezembro de 2021 - Controladora; R$ 676.398 em 31 de dezembro de 2021 e R$ 694.168 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado). Para melhor apresentação das obrigações contratuais, a Companhia efetuou reclassificação dos ativos relacionados a esta rubrica em decorrência dos instrumentos particulares de compra e venda de ações/quotas e outras avenças, gastos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas/quotistas e, portanto, esses valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

(iii) A Companhia e suas controladas no processo de revisão de seus processos contábeis, constatou que foram reconhecidos de forma equivocada Ajuste a Valor Presente (AVP) no reconhecimento do *goodwill* e obrigações contratuais; e ativo indenizatório no processo de consolidação, o que gerou os seguintes ajustes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

(a) Reversão do Ajuste a Valor Presente (AVP) registrado no reconhecimento inicial do *goodwill* das aquisições realizadas pela Companhia e suas controladas, nas rubricas "Intangíveis" e "Outros passivos" (R$ 120.686 em 31 de dezembro de 2021 e R$ 96.723 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado); e

(b) Reversão do ativo indenizatório nas rubricas "Intangíveis" e "Outros passivos" (R$ 57.230 em 31 de dezembro de 2021 e R$ 30.362 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado).

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (controladora)

	Controladora		
	31 de dezembro de 2021 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**1.348.309**	**–**	**1.348.309**
Caixa e equivalentes de caixa	1.313.871	–	1.313.871
Tributos a recuperar	34.296	–	34.296
Outros ativos	142	–	142
Não circulante	**9.306.943**	**8.915**	**9.315.858**
Realizável a longo prazo	**17.286**	**(17.286)**	**–**
Outros ativos (ii)	17.286	(17.286)	–
Investimentos (iii)	9.289.657	26.201	9.315.858
Total do ativo	**10.655.252**	**8.915**	**10.664.167**
Passivo			
Circulante	**210.367**	**–**	**210.367**
Tributos e encargos sociais a recolher	468	–	468
Empréstimos e financiamentos	155.591	–	155.591
Debêntures	51.817	–	51.817
Outros passivos	2.491	–	2.491
Não circulante	**3.466.103**	**(17.286)**	**3.448.817**
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	768.265	–	768.265
Debêntures	2.638.007	–	2.638.007
Outros passivos (ii)	59.831	(17.286)	42.545
Patrimônio líquido e participação de não controladores	**6.978.782**	**26.201**	**7.007.983**
Capital social	5.388.080	–	5.388.080
Reservas:	**1.590.702**	**26.201**	**1.616.93**
Reserva de capital	(763.491)	–	(763.491)
Reserva de lucros (iii)	2.354.193	26.201	2.380.394
Participação não controladores	–	–	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.655.252**	**8.915**	**10.664.167**

	Controladora		
	31 de dezembro de 2020 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**818.167**	**–**	**818.167**
Caixa e equivalentes de caixa	789.819	–	789.819
Tributos a recuperar	28.206	–	28.206
Outros ativos	142	–	142
Não circulante	**8.558.497**	**–**	**8.574.075**
Realizável a longo prazo	**–**	**–**	**–**
Outros ativos	–	–	–
Investimentos (iii)	8.558.497	15.578	8.574.075
Total do ativo	**9.376.664**	**15.578**	**9.392.242**
Passivo			
Circulante	**260.659**	**–**	**260.659**
Fornecedores	11	–	11
Tributos e encargos sociais a recolher	1.847	–	1.847
Empréstimos e financiamentos	185.856	–	185.856
Debêntures	70.401	–	70.401
Provisão para imposto de renda e contribuição social	53	–	53
Outros passivos	2.491	–	2.491
Não circulante	**2.076.167**	**–**	**2.076.167**
Empréstimos e financiamentos	61.947	–	610.947
Debêntures	1.440.876	–	1.440.876
Outros passivos	24.344	–	24.344
Patrimônio líquido e participação de não controladores	**7.039.838**	**15.578**	**7.055.416**
Capital social	5.333.080	–	5.333.080
Reservas:	**1.706.758**	**15.578**	**1.722.336**
Reserva de capital	(763.491)	–	(763.491)
Reserva de lucros (iii)	2.470.249	15.578	2.485.827
Total do passivo e patrimônio líquido	**9.376.664**	**15.578**	**9.392.242**

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2021 (controladora)

	Controladora		
	31 de dezembro de 2021 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	–	–	–
Custos dos serviços prestados	–	–	–
Lucro bruto	**–**	**–**	**–**
Despesas administrativas	(4.459)	–	(4.459)
Equivalência patrimonial (iii)	60.456	10.623	71.079
Resultado antes do resultado financeiro	**55.997**	**10.623**	**66.620**
Resultado financeiro	**(171.900)**	**–**	**(171.900)**
Receitas financeiras	30.216	–	30.216
Despesas financeiras	(202.116)	–	(202.116)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(115.903)**	**10.623**	**(105.280)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social - diferido	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício	**(115.903)**	**10.623**	**(105.280)**
Atribuível aos acionistas:			
Controladores (iii)	(115.903)	10.623	(105.280)
Não controladores	–	–	–
Prejuízo por ação			
Básico	(0,0217)	–	(0,0197)
Diluído	(0,0217)	–	(0,0197)

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto) em 31 de dezembro de 2021 (controladora)

	Controladora		
	31 de dezembro de 2021 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo líquido do exercício	**(115.903)**	**10.623**	**(105.280)**
Equivalência patrimonial (iii)	(60.456)	(10.623)	(71.079)
Receitas com aplicações financeiras	(28.972)	–	(28.972)
Despesas com variação cambial	68	–	68
Juros sobre debêntures e custo de captação	127.892	–	127.892
Juros sobre empréstimos e financiamentos e custo de captação	59.168	–	59.168
	(18.203)	**–**	**(18.203)**
(Aumentos)/Reduções dos ativos operacionais			
Tributos a recuperar	8.835	–	8.835
Outros ativos (ii)	(17.286)	17.286	–
	(8.451)	**17.286**	**8.835**
Aumentos/(Reduções) dos passivos operacionais			
Fornecedores	(11)	–	(11)
Tributos e encargos sociais a recolher	(1.379)	–	(1.379)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(53)	–	(53)
Outros passivos (ii)	35.487	(17.286)	18.201
	34.044	**(17.286)**	**16.758**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.390**	**–**	**7.390**
Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(656.878)**	**–**	**(656.878)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**1.173.540**	**–**	**1.173.540**
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**524.052**	**–**	**524.052**
		–	
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	**789.819**	**–**	**789.819**
Caixa e equivalentes de caixa - final do exercício	**1.313.871**	**–**	**1.313.871**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (consolidado)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**4.725.146**	**(519.576)**	**4.205.570**
Caixa e equivalentes de caixa	1.662.961	–	1.662.961
Aplicações financeiras	1.223.166	–	1.223.166
Contas a receber de clientes	662.216	–	662.216
Estoques	145.479	–	145.479
Despesas de comercialização diferidas	266.581	–	266.581
Tributos a recuperar	146.024	–	146.024
Outros ativos (i)	618.719	(519.576)	99.143
Não circulante	**13.872.155**	**(457.556)**	**13.414.599**
Realizável a longo prazo	**3.168.405**	**(689.896)**	**2.478.509**
Aplicações financeiras	242.690	–	242.690
Tributos a recuperar	3.619	–	3.619
Impostos diferidos ativos (iii)	672.642	(13.498)	659.144
Despesas de comercialização diferidos	219.208	–	219.208
Depósitos judiciais e fiscais	902.687	–	902.687
Outros ativos (ii)	1.127.559	(676.398)	451.161
Investimentos	7.421	–	7.421
Imobilizado	2.587.653	–	2.587.653
Direito de uso	646.847	–	646.847
Intangível (iii)	7.461.829	177.916	7.639.745
Total do ativo	**18.597.301**	**(1.031.556)**	**17.565.745**
Passivo			
Circulante	**3.489.342**	**(519.576)**	**2.969.766**
Fornecedores	213.622	–	213.622
Salários a pagar	216.510	–	216.510
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	663.545	(498.412)	165.133
Dividendos a pagar	8	–	8
Empréstimos e financiamentos	195.878	–	195.878
Debêntures	344.692	–	344.692
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	22.433	–	22.433
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.522.844	–	1.522.844
Arrendamentos	57.596	–	57.596
Outros passivos (ii)	252.214	(21.164)	231.050
Não circulante	**8.128.017**	**(538.181)**	**7.589.836**
Tributos e encargos sociais a recolher	86.826	–	86.826
Empréstimos e financiamentos	1.296.237	–	1.296.237
Debêntures	3.169.936	–	3.169.936
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	687.651	–	687.651
Impostos diferidos passivos	407.845	–	407.845
Provisões para ações judiciais	774.510	–	774.510
Arrendamentos	657.156	–	657.156
Outros passivos (ii)	1.047.856	(538.181)	509.675
Patrimônio líquido e participação de não controladores	**6.979.942**	**26.201**	**7.006.143**
Capital social	5.388.080	–	5.388.080
Reservas:	**1.590.702**	**26.201**	**1.616.903**
Reserva de capital	(763.491)	–	(763.491)
Reserva de lucros (iii)	2.354.193	26.201	2.380.394
Participação não controladores	1.160	–	1.160
Total do passivo e patrimônio líquido	**18.597.301**	**(977.132)**	**17.565.745**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**5.005.427**	**(376.929)**	**4.628.498**
Caixa e equivalentes de caixa	2.453.206	–	2.453.206
Aplicações financeiras	1.001.019	–	1.001.019
Contas a receber de clientes	637.763	–	637.763
Estoques	100.520	–	100.520
Despesas de comercialização diferidas	244.009	–	244.009
Tributos a recuperar	112.818	–	112.818
Outros ativos (i)	456.092	(376.929)	79.163
Não circulante	**10.966.605**	**(575.108)**	**10.391.497**
Realizável a longo prazo	**2.733.408**	**(702.193)**	**2.031.215**
Aplicações financeiras	152.647	–	152.647
Impostos diferidos ativos (iii)	549.892	(8.025)	541.867
Despesas de comercialização diferidos	229.558	–	229.558
Depósitos judiciais e fiscais	683.289	–	683.289
Outros ativos (ii)	1.118.022	(694.168)	423.854
Investimentos	993	–	993
Imobilizado	2.172.861	–	2.172.861
Direito de uso	492.451	–	492.451
Intangível (iii)	5.566.892	127.085	5.693.977
Total do ativo	**15.972.032**	**(952.037)**	**15.019.995**
Passivo			
Circulante	**2.629.836**	**(376.929)**	**2.252.907**
Fornecedores	159.995	–	159.995
Salários a pagar	211.908	–	211.908
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	502.331	(376.929)	125.402
Empréstimos e financiamentos	225.077	–	225.077
Debêntures	81.091	–	81.091
Provisão para imposto de renda e contribuição social	62.431	–	62.431
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.176.699	–	1.176.699
Arrendamentos	38.376	–	38.376
Outros passivos	171.928	–	171.928
Não circulante	**6.301.820**	**(590.686)**	**5.711.134**
Tributos e encargos sociais a recolher	62.369	–	62.369
Empréstimos e financiamentos	943.663	–	943.663
Debêntures	2.238.572	–	2.238.572
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	531.537	–	531.537
Impostos diferidos passivos	280.315	–	280.315
Provisões para ações judiciais	870.530	–	870.530
Arrendamentos	489.355	–	489.355
Outros passivos (ii)	885.479	(590.686)	294.793
Patrimônio líquido e participação de não controladores	**7.040.376**	**15.578**	**7.055.954**
Capital social	5.333.080	–	5.333.080
Reservas:	**1.706.758**	**15.578**	**1.722.336**
Reserva de capital	(763.491)	–	(763.491)
Reserva de lucros (iii)	2.470.249	15.578	2.485.827
Participação não controladores	538	–	538
Total do passivo e patrimônio líquido	**15.972.032**	**(952.037)**	**15.019.995**

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2021 (consolidado)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	12.584.361	–	12.584.361
Custos dos serviços prestados	(10.392.585)	–	(10.392.585)
Lucro bruto	**2.191.776**	**–**	**2.191.776**
Despesas administrativas	(1.096.513)	–	(1.096.513)
Despesas comerciais	(692.942)	–	(692.942)
Perdas de recuperação sobre créditos	(105.800)	–	(105.800)
Outras receitas, líquidas	32.559	–	32.559
Resultado antes do resultado financeiro	**329.080**	**–**	**329.080**
Resultado financeiro	**(361.790)**	**16.096**	**(345.694)**
Receitas financeiras	206.721	–	206.721
Despesas financeiras (iii)	(568.511)	16.096	(552.415)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(32.710)**	**16.096**	**(16.614)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(65.668)	–	(65.668)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (iii)	(17.589)	(5.473)	(23.062)
Prejuízo líquido do exercício	**(115.967)**	**10.623**	**(105.344)**
Atribuível aos acionistas:			
Controladores (iii)	(115.903)	10.623	(105.280)
Não controladores	(64)	–	(64)
Prejuízo por ação			
Básico	(0,0217)		(0,0198)
Diluído	(0,0217)		(0,0198)

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto) em 31 de dezembro de 2021 (consolidado)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo líquido do exercício	**(115.903)**	**10.559**	**(105.344)**
Depreciação e amortização	278.764	–	278.764
Depreciação direito de uso	83.156	–	83.156
Atualização monetária depósitos judiciais	(24.946)	–	(24.946)
Atualização monetária contingências	87.714	–	87.714
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	7.238	–	7.238
Atualização monetária SUS	26.811	–	26.811
Receitas com aplicações financeiras	(110.091)	–	(110.091)
Receita com variação cambial	(535)	–	(535)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e Diferido (iii)	100.846	10.946	111.792
Variações provisões técnicas	96.549	–	96.549
Provisões para ações judiciais	83.588	–	83.588
Reversão com perda de recuperabilidade sobre créditos	(3.166)	–	(3.166)
Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos	108.966	–	108.966
Provisão de glosa esperada	(1.313)	–	(1.313)
Amortização despesas de comercialização diferidas	360.213	–	360.213
Juros sobre debêntures e custo de captação	176.528	–	176.528
Juros sobre empréstimos e financiamentos e custo de captação	95.342	–	95.342
Juros sobre arrendamentos	60.818	–	60.818
Baixa imobilizado/intangível	12.336	–	12.336
Outros	(1.839)	28	(1.811)
Instrumentos financeiros derivativos - *NDF (Non-deliverable foward)*	7.276	–	7.276
Baixa direito de uso/(arrendamentos)	(2.713)	–	(2.713)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(114.123)	–	(114.123)
	1.211.516	**21.533**	**1.233.049**
(Aumentos)/Reduções dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	(76.810)	–	(76.810)
Estoques	(27.250)	–	(27.250)
Tributos a recuperar	(37.492)	(5.473)	(42.965)
Despesas de comercialização diferidas	(370.310)	–	(370.310)
Depósitos judiciais	(127.756)	–	(127.756)
Outros ativos (ii)	(57.062)	13.619	(43.443)
	(696.680)	**8.146**	**(688.534)**
Aumentos/(Reduções) dos passivos operacionais			
Fornecedores	(179.530)	–	(179.530)
Salários a pagar	(34.242)	–	(34.242)
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	75.806	(121.483)	(45.677)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	124.928	–	124.928
Provisões para ações judiciais	(66.476)	–	(66.476)
Outros passivos (ii) e (iii)	(318.676)	91.804	(226.872)
	(398.190)	**(29.679)**	**(427.869)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**116.646**	**–**	**116.646**
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(1.990.396)**	**–**	**(1.990.396)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**1.083.505**	**–**	**1.083.505**
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(790.245)**	**–**	**(790.245)**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	**2.453.206**	**–**	**2.453.206**
Caixa e equivalentes de caixa - final do exercício	**1.662.961**	**–**	**1.662.961**

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo e passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferência entre ativos financeiros, tampouco houve transferência entre níveis hierárquicos.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de avaliação:

	Consolidado						
				Valor Justo			
31 de dezembro de 2022	Custo amortizado	Valor contábil Valor justo por meio do resultado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras - fundos de investimentos	–	1.201.157	1.201.157	–	1.201.157	–	1.201.157
Total	**–**	**1.201.157**	**1.201.157**	**–**	**1.201.157**	**–**	**1.201.157**
Aplicações financeiras não mensuradas a valor justo							
Certificado de Depósito Bancário - CDB	123.122	–	123.122	–	–	–	–
Letras financeiras do tesouro - LFT	95.366	–	95.366	–	–	–	–
Aplicações financeiras - Nota do tesouro brasileiro - NTN-B	169.026	–	169.026	–	–	–	–
Total	**387.514**	**–**	**387.514**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivos financeiros não mensurados a valor justo							
Empréstimos e financiamentos	1.305.397	–	1.305.397	–	–	–	–
Debêntures	3.290.855	–	3.290.855	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	–	8	–	–	–	–
Arrendamentos	848.138	–	848.138	–	–	–	–
Total	**5.444.398**	**–**	**5.444.398**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivos financeiros mensurados a valor Justo							
Obrigações contratuais	–	1.590.152	1.590.152	–	1.590.152	–	1.590.152
Total	**–**	**1.590.152**	**1.590.152**	**–**	**1.590.152**	**–**	**1.590.152**

	Consolidado						
				Valor Justo			
31 de dezembro de 2021	Custo amortizado	Valor contábil Valor justo por meio do resultado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras - fundos de investimentos	–	591.194	591.194	–	591.194	–	591.194
Instrumentos financeiros derivativos	–	3.375	3.375	–	3.375	–	3.375
Total	**–**	**594.569**	**594.569**	**–**	**594.569**		**594.569**
Aplicações financeiras não mensuradas a valor justo							
Certificado de Depósito Bancário - CDB	207.353	–	207.353	–	–	–	–
Letras financeiras do tesouro - LFT	84.492	–	84.492	–	–	–	–
Letras do tesouro nacional - LTN	228.603	–	228.603	–	–	–	–
Letras financeiras - LF	190.272	–	190.272	–	–	–	–
Aplicações financeiras - Nota do tesouro brasileiro - NTN-B	163.942	–	163.942	–	–	–	–
Total	**874.662**	**–**	**874.662**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivos financeiros não mensurados a valor justo				–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	1.492.115	–	1.492.115	–	–	–	–
Debêntures	3.514.628	–	3.514.628	–	–	–	–
Arrendamentos	714.752	–	714.752	–	–	–	–
Total	**5.721.495**	**–**	**5.721.495**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Obrigações contratuais	–	1.063.674	1.063.674	–	1.063.674	–	1.063.674
Total	**–**	**1.063.674**	**1.063.674**	**–**	**1.063.674**	**–**	**1.063.674**

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores não estão incluídos na tabela acima por ter o seu valor contábil próximo do seu valor justo devido aos vencimentos desses instrumentos financeiros no curto prazo.

As aplicações financeiras em CDB têm valor justo similar ao valor contábil registrado, pois possuem carência de até 90 dias, são remuneradas por taxas de juros indexadas à curva do DI (Depósitos Interfinanceiros) e são mantidos por instituições financeiras de primeira linha.

6.2. Mensuração a valor justo

Os ativos e passivos avaliados a valor justo são mensurados da seguinte forma:

a) Fundos de investimentos: obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras.

b) Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nos valores divulgados pelas instituições financeiras.

c) Obrigações contratuais: o modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.

6.3. Gerenciamento de riscos

A Companhia detém o controle sobre suas Controladas que operam com planos de saúde, redes próprias (hospitais e pronto atendimento) e planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, taxa de juros e liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com as deliberações do CPC 01 - Redução ao valor recuperável e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia e suas controladas procuram priorizar seus ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições que possuam *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB-) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

	31 de dezembro de		*Rational* nacional longo prazo
Emissores	**2022**	**2021**	
Banco Santander (Brasil) S.A.	924.142	1.032.764	brAAA
Banco Bradesco S.A.	78.050	721.482	AAA(bra)
Caixa Econômica Federal	32.781	64.504	AA(bra)
Itaú Unibanco S.A.	1.318.999	703.057	AAA(bra)
Votorantim S.A.	1.491	191.821	AAA(bra)
Banco Safra S.A.	9.924	35.505	–
Banco do Brasil S.A.	97.616	85.513	AA(bra)
Banco Daycoval S.A.	200	–	AA(bra)
XP Investimentos	37.448	52.662	AA(bra)
Uniprime	192	–	A(bra)
Citibank	1.366	420	AAA(bra)
Sicoob	15.631	21.454	AA-(bra)
Unicred	299	–	A(bra)
Banco Sul America S.A.	17.802	15.928	AA-(bra)
Banco Mercantil	384	27.162	BBB
Banco BTG Pactual S/A	63.380	56.446	AA(bra)
Banco Fundo DIm Wealth Multi	–	304	AAA
Banco De Desenv. Minas Gerais	–	5.225	BBB
Sicredi	1	–	AA(bra)
Banco Banrisul	265	–	AA(bra)
Banco Conta Super Digital	1	–	
Banco Credicom	59	–	AA(bra)
	2.600.031	**3.014.247**	

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (Outras contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

Quanto à exposição ao risco de liquidez, são apresentados a seguir os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gerenciamento do risco de liquidez

	Consolidado						
	Valor contábil	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	242.177	242.177	–	–	–	–	**242.177**
Obrigações contratuais	1.590.152	115.227	41.426	427.775	528.892	476.832	**1.590.151**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	2.865.740	2.018.409	847.331	–	–	–	**2.825.832**
Empréstimos, financiamentos, debêntures e CRI	4.596.252	940.923	742.145	1.126.503	395.074	1.391.607	**4.596.252**
Passivo de arrendamento	848.138	51.479	69.884	64.102	64.843	597.830	**848.138**
Outras contas a pagar	301.372	235.903	65.469	–	–	–	**301.372**
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	8	–	–	–	–	–	**–**
Total	**10.443.839**	**3.604.118**	**1.766.255**	**1.618.380**	**988.809**	**2.466.269**	**10.403.922**

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia e suas controladas, e são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades legais e operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Companhia e suas controladas.

As empresas controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., São Lucas Saúde S.A., Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda., Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. e Centro Clínico Gaúcho Ltda., mantêm aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das reservas técnicas no montante de R$ 1.272.196 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 991.752 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Risco de seguro

O modelo de negócio das Controladas da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto ao risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que, no segmento odontológico, o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também analisam o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação à sua rentabilidade.

(d) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e captação de debêntures.

A Companhia e suas controladas adotam a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

O portfólio financeiro da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa Selic.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 8.

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem captação em empréstimos e financiamentos e debêntures, ficando expostas à variação da taxa CDI + *spread* e TJLP. A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentada nas notas explicativas 20 e 21, respectivamente.

(i) *Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros*

Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia e suas controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade delas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II essas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2022.

						Controladora							
						31 de dezembro de 2022							
						Redução dos juros				Aumento de juros			
	Indexador	Risco	% - a.a.[1]	R$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Outros Passivos (Nota 23)													
Obrigações contratuais	100% do CDI	Baixa CDI	12,37%	47.837	5.917	9,28%	4.439	6,19%	2.961	15,46%	7.396	18,56%	8.879
Obrigações contratuais	IPCA	Baixa IPCA	5,10%	18.010	919	3,83%	690	2,55%	459	6,38%	1.149	7,65%	1.378
				65.847	**6.836**		**5.129**		**3.420**		**8.545**		**10.257**

						Consolidado							
						31 de dezembro de 2022							
						Redução dos juros				Aumento de juros			
	Indexador	Risco	% - a.a.	R$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)													
CDBs	CDI	Baixa CDI	12,37%	17.898	2.214	9,28%	1.661	6,19%	1.108	15,46%	2.767	18,56%	3.322
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	12,37%	7.147	884	9,28%	663	6,19%	442	15,46%	1.105	18,56%	1.326
Operações compromissadas	CDI	Baixa CDI	12,37%	879.547	108.800	9,28%	81.622	6,19%	54.444	15,46%	135.978	18,56%	163.244
				904.592	**111.898**		**83.946**		**55.994**		**139.850**		**167.892**
Aplicações Financeiras (Nota 8)													
CDBs	CDI	Baixa CDI	12,37%	123.122	15.230	9,28%	11.426	6,19%	7.621	15,46%	19.035	18,56%	22.851
LFTs	Selic	Baixa Selic	12,25%	95.366	11.682	9,19%	8.764	6,13%	5.846	15,31%	14.601	18,38%	17.528
NTNBs	IPCA	Baixa IPCA	5,10%	169.026	8.620	3,83%	6.474	2,55%	4.310	6,38%	10.784	7,65%	12.930
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	12,37%	1.201.157	148.583	9,28%	111.467	6,19%	74.352	15,46%	185.699	18,56%	222.935
				1.588.671	**184.115**		**138.131**		**92.129**		**230.119**		**276.244**
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)													
Coop. Crédito	CDI + 0,25% a.a.	Alta CDI	12,37%	(254)	(31)	9,28%	(24)	6,19%	(16)	15,46%	(39)	18,56%	(47)
Outros	CDI	Alta CDI	12,37%	(152)	(19)	9,28%	(14)	6,19%	(9)	15,46%	(23)	18,56%	(28)
Capital de Giro	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	Alta CDI	12,37%	(253.295)	(31.333)	9,28%	(23.506)	6,19%	(15.679)	15,46%	(39.159)	18,56%	(47.012)
FINAME	100% CDI	Alta CDI	12,37%	(73.448)	(9.086)	9,28%	(6.816)	6,19%	(4.546)	15,46%	(11.355)	18,56%	(13.632)
CRI	CDI + 0,75% a.a	Alta CDI	12,37%	(530.659)	(65.643)	9,28%	(49.245)	6,19%	(32.848)	15,46%	(82.040)	18,56%	(98.490)
CRI	IPCA + 7,0913% a.a.	Baixa IPCA	5,10%	(354.205)	(18.064)	3,83%	(13.566)	2,55%	(9.032)	6,38%	(22.598)	7,65%	(27.097)
CRI	IPCA + 7,2792% a.a.	Baixa IPCA	5,10%	(93.319)	(4.759)	3,83%	(3.574)	2,55%	(2.380)	6,38%	(5.954)	7,65%	(7.139)
				(1.305.332)	**(128.935)**		**(96.745)**		**(64.510)**		**(161.168)**		**(193.445)**
Debêntures (Nota 19)													
Debêntures - BCBF (4ª)	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	12,37%	(778.422)	(96.291)	9,28%	(72.238)	6,19%	(48.184)	15,46%	(120.344)	18,56%	(144.475)
Debêntures - BCBF (5ª)	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	12,37%	(713.603)	(88.273)	9,28%	(66.222)	6,19%	(44.172)	15,46%	(110.323)	18,56%	(132.445)
Debêntures - BCBF (6ª)	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	12,37%	(1.233.992)	(152.645)	9,28%	(114.514)	6,19%	(76.384)	15,46%	(190.775)	18,56%	(229.029)
Debêntures - Notre Dame (3ª)	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	Alta CDI	12,37%	(564.838)	(69.870)	9,28%	(52.417)	6,19%	(34.963)	15,46%	(87.324)	18,56%	(104.834)
				(3.290.855)	**(407.079)**		**(305.391)**		**(203.703)**		**(508.766)**		**(610.783)**
Obrigações Contratuais (Nota 23)													
Obrigações Contratuais	100% do CDI		12,37%	(1.343.884)	(166.238)	9,28%	(124.712)	6,19%	(83.186)	15,46%	(207.764)	18,56%	(249.425)
Obrigações Contratuais	105% do CDI		12,99%	(12.226)	(1.588)	9,74%	(1.191)	6,49%	(793)	16,24%	(1.986)	19,48%	(2.382)
Obrigações Contratuais	90% do CDI		11,13%	(48.768)	(5.429)	8,35%	(4.072)	5,57%	(2.716)	13,92%	(6.789)	16,70%	(8.144)
Obrigações Contratuais	95% do CDI		11,75%	(39.184)	(4.605)	8,81%	(3.452)	5,88%	(2.304)	14,69%	(5.756)	17,63%	(6.908)
Obrigações Contratuais	100% Selic		12,25%	(43.791)	(5.364)	9,19%	(4.024)	6,13%	(2.684)	15,31%	(6.704)	18,38%	(8.049)
Obrigações Contratuais	IPCA		5,10%	(102.299)	(5.217)	3,83%	(3.918)	2,55%	(2.609)	6,38%	(6.527)	7,65%	(7.826)
				(1.590.152)	**(188.441)**		**(141.369)**		**(94.292)**		**(235.526)**		**(282.734)**
				(3.693.076)	**(428.442)**		**(321.428)**		**(214.382)**		**(535.491)**		**(642.826)**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	179	746	107.690	114.570
Aplicações de liquidez imediata	879.374	1.313.125	904.592	1.548.391
	879.553	**1.313.871**	**1.012.282**	**1.662.961**

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significante risco de mudança de valor, e a Companhia e suas controladas têm o direito de resgate imediato.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

			Consolidado	
			31 de dezembro de	
	Vencimento		2022	2021
Valor justo por meio do resultado	**Até 1 ano**	**1 a 5 anos**	**Valor contábil**	**Valor contábil**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	95.366	–	95.366	84.492
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)	–	–	–	228.603
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B (i)	169.026	–	169.026	163.942
Certificado de Depósito Bancário - CDB (ii)	6.654	116.468	123.122	207.353
Fundo de renda fixa aberto (iii)	1.052.196	148.961	1.201.157	591.194
Letras Financeiras - LF (iv)	–	–	–	190.272
	1.323.242	**265.429**	**1.588.671**	**1.465.856**
		Circulante	**1.323.242**	**1.223.166**
		Não circulante	**265.429**	**242.690**

i. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

ii. A Companhia e suas controladas adotam como política realizar aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs.

iii. Os fundos são administrados por Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú, Banco Safra S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Unicred e XP Investimentos.

iv. As operações com Letras Financeiras foram contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos (Nível 2).

O valor justo das aplicações financeiras é muito próximo ao valor contábil em 31 de dezembro de 2022.

As aplicações têm remuneração diária vinculada às taxas CDI e Selic, com vencimentos variáveis até abril de 2026.

As aplicações da Companhia e de suas Controladas estão classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Independentemente do vencimento, a Companhia e suas controladas contabilizam as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual, que é registrada no ativo não circulante).

Do total do saldo da aplicação financeira e consideradas restritas pela Companhia, R$ 272.082 referem-se a *escrow* originada pelas seguintes aquisições:

Unimed ABC	6.653
Grupo NDI MG	116.468
Clinipam	148.961
	272.082

a) Movimentação das aplicações financeiras

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	**1.465.856**	**1.153.666**
Saldo adquirido	93.226	247.409
Aplicações	11.162.558	14.299.156
Resgates	(11.358.187)	(14.336.815)
Despesa com variação cambial	(41)	(413)
Resultado financeiro	219.881	110.091
Ajuste a valor de mercado	5.378	(7.238)
Saldo no final do exercício	**1.588.671**	**1.465.856**

b) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes refere-se às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerado pelas operações de suas Controladas em 31 de dezembro de 2022, e é como segue:

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Contas a receber de clientes referentes a:		
Planos de assistência à saúde	533.485	313.181
Assistência à saúde não relacionada com planos de assistência à saúde	299.255	349.035
	832.740	**662.216**

Em 31 de dezembro de 2022, a composição de contas a receber de clientes era:

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	628.900	366.683
(–) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(95.415)	(53.502)
	533.485	**313.181**

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	478.340	367.888
(–) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(179.085)	(18.853)
	299.255	**349.035**

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:
(i) Crédito de operações com planos de assistência à saúde

	Consolidado 31 de dezembro de 2022		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	266.625	(1.117)	265.508
Acima de 30 dias	13.664	(80)	13.584
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	176.356	(7.522)	168.833
De 31 a 90 dias	67.479	(16.403)	51.077
Acima de 90 dias	104.776	(70.293)	34.483
Créditos de operações c/planos de assistência à saúde	**628.900**	**(95.415)**	**533.485**

	Consolidado 31 de dezembro de 2021		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	200.003	(4.049)	195.954
Acima de 30 dias	16.678	(210)	16.468
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	65.812	(4.065)	61.747
De 31 a 90 dias	47.526	(8.514)	39.012
Acima de 90 dias	36.664	(36.664)	–
Créditos de operações c/planos de assistência à saúde	**366.683**	**(53.502)**	**313.181**

(ii) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

	Consolidado 31 de dezembro de 2022		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/créditos	Saldo Líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	69.342	(9.669)	59.673
Acima de 30 dias	61.341	(137)	61.204
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	14.682	(1.274)	13.408
De 31 a 90 dias	23.556	(17.601)	5.955
Acima de 90 dias	309.419	(150.404)	159.015
Créditos de operações c/planos de assistência à Saúde	**478.340**	**(179.085)**	**299.255**

	Consolidado 31 de dezembro de 2021		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/créditos	Saldo Líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	57.413	(1.586)	55.827
Acima de 30 dias	69.838	(54)	69.784
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	71.805	(22)	71.783
De 31 a 90 dias	155.675	(4.034)	151.641
Acima de 90 dias	13.157	(13.157)	–
Créditos de operações c/planos de assistência à saúde	**367.888**	**(18.853)**	**349.035**

A movimentação do contas a receber está assim demonstrada:
(i) Crédito de operações com planos de assistência à saúde

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	**313.181**	**395.423**
Saldo adquirido	12.188	20.249
Contraprestações líquidas	13.694.703	11.930.410
Recebimentos	(13.319.598)	(11.928.551)
(Reversão)/Constituição de perda de recuperabilidade s/créditos	(39.625)	2.572
Baixa de perdas efetivas dos créditos	(127.364)	(106.922)
Saldo no final do exercício	**533.485**	**313.181**

(ii) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	**349.035**	**242.340**
Saldo adquirido	1.749	29.818
Receitas de assistência à saúde não relacionadas c/planos de saúde da Operadora	1.159.693	1.038.272
Co-participação	355.143	285.232
Recebimentos	(1.376.034)	(1.243.864)
Combinação de negócios Hapvida	(26.799)	–
Reversão de glosa esperada	(11.802)	(1.313)
Reversão/(Constituição) de perda de recuperabilidade s/créditos	(149.942)	594
Perda efetiva com créditos	(1.788)	(2.044)
Saldo no final do exercício	**299.255**	**349.035**

Movimentação da perda de recuperabilidade sobre créditos está assim demonstrada:

	Consolidado Plano de Saúde	Não relacionado c/plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(53.502)**	**(18.853)**	**(72.355)**
Saldo adquirido	(12.869)	(5.714)	(18.583)
Reclassificação	1.381	(1.381)	–
Constituições	(524.241)	(428.422)	(942.663)
Reversões	474.617	278.479	753.096
Combinação de negócios Hapvida	–	(26.799)	(26.799)
Perda efetiva com créditos	9.199	23.605	32.804
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(95.415)**	**(179.085)**	**(274.500)**

A Companhia e suas controladas avaliam que a diferença entre o risco esperado e incorrido é imaterial em 31 de dezembro de 2022.

10. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes.

A movimentação das despesas de comercialização diferidas da Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir:

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	**485.789**	**473.567**
Saldo adquirido	–	2.124
Constituições	478.767	370.311
(–) Amortização	(416.403)	(360.213)
Mudança de expectativa de diferimento (i)	23.263	–
Saldo no final do exercício	**571.416**	**485.789**
Circulante	**259.743**	**266.581**
Não circulante	**311.673**	**219.208**

(i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas revisaram a política de diferimento das despesas de comercialização com alteração de alguns critérios, passando o diferimento 36 meses para 72 meses.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os tributos a recuperar estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Imposto de Renda (i)	35.028	83.736
Contribuição Social sobre o lucro (i)	15.393	18.084
Imposto de Renda retido na fonte (ii)	129.097	25.801
Crédito de previdência social	1.073	1.633
Créditos de PIS e COFINS	17.702	13.363
Crédito de ISS	8.500	3.407
Outros tributos a recuperar	–	3.619
	206.793	**149.643**
Circulante	**206.793**	**146.024**
Não circulante	**–**	**3.619**

(i) A Companhia e suas controladas adotam como procedimento o recolhimento mensal antecipado do valor devido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro e efetuarão o ajuste anual dos valores devidos no encerramento do exercício, quando realizarão o encontro de contas dos impostos antecipados com os impostos a recolher.
(ii) Refere-se a imposto retido das movimentações de aplicações financeiras, juros sobre capital próprio, compensações e antecipações não utilizados na apuração do imposto de renda e contribuição social durante o exercício.

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Adiantamento a fornecedores	35	–	106.948	50.385
Adiantamento a funcionários	–	–	9.916	11.559
Dividendos e JCP a receber	13.869	–	–	–
Adiantamento de processos judiciais	–	–	–	68
Despesas antecipadas	–	–	1.418	567
Serviços de dados a amortizar	–	–	2.746	3.442
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa 31)	–	–	425.952	413.945
Contas a receber de planos de saúde	–	–	8.302	7.420
Depósitos caução	–	–	849	842
Bloqueios judiciais	309	–	23.472	8.423
Instrumentos derivativos - *Non-Deliberable Foward (*NDF)	–	–	–	3.375
Outros	142	142	42.772	50.278
	14.355	**142**	**622.375**	**550.304**
Circulante	**14.046**	**142**	**135.719**	**99.143**
Não circulante	**309**	**–**	**486.656**	**451.161**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	Reconhecido na demonstração do resultado	Aquisições de Controladas	31 de dezembro de 2022
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:				
Provisões para ações judiciais	141.068	27.284	1.933	170.285
Perda de recuperabilidade sobre créditos	47.255	61.085	13.488	121.828
Provisão de eventos do SUS	164.797	49.702	–	214.499
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial CPC 6 (R2), líquido	22.517	10.411	633	33.561
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	105.515	(30.883)	–	74.632
Provisão infrações ANS	9.116	7.587	(5.721)	10.982
Outras adições	36.488	28.914	(612)	64.790
Prejuízo fiscal/base negativa	132.388	329.518	–	461.906
Imposto diferido ativo	**659.144**	**483.618**	**9.721**	**1.152.483**
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:				
Depreciação e amortização	(24.015)	(5.623)	–	(29.638)
Correção monetária de depósito judicial	(42.698)	(27.391)	–	(70.089)
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.168)	–	–	(2.168)
Passivo fiscal diferido sobre ágio na aquisição de empresa	(40.798)	–	–	(40.798)
Passivo fiscal diferido sobre ágio na incorporação	(278.087)	(173.377)	–	(451.464)
Indenizações	(4.086)	4.086	–	–
Outros	(15.993)	1.152	(201)	(15.042)
Imposto diferido passivo	**(407.845)**	**(201.153)**	**(201)**	**(609.199)**
Total do imposto diferido, líquido	**251.299**	**282.465**	**9.520**	**543.284**

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

2023	2024	2025	2026	2027	Demais anos	Total
67.585	305.342	165.632	675	675	3.375	**543.284**

Em 31 de Dezembro de 2022, as controladas da Companhia haviam realizado, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R$ 2.621.800, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor R$ 892.014 desde a constituição, equivalente a 43,66% do valor total do crédito fiscal, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos da legislação vigente. Após a realização das combinações de negócios ocorridas a partir de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram seu planejamento estratégico de reestruturação societária de forma a suportar a realização dos referidos tributos.
Os tributos incidentes sobre o (prejuízo)/lucro do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Resultado antes do IR/CS	**(855.486)**	**(105.280)**	**(1.128.262)**	**(16.614)**
À alíquota fiscal de 34%	**290.865**	**35.795**	**383.609**	**5.648**
Equivalência patrimonial	(136.437)	24.167	–	–
Remuneração variável dos administradores	–	–	(4.236)	(8.125)
Prejuízo fiscal das controladas sem constituição de imposto diferido	–	(26.105)	–	(45.393)
Juros sobre capital próprio	(132.430)	(33.830)	–	–
Ajuste de lucro presumido	–	–	900	1.413
Depreciações e amortizações	688	–	–	(21.241)
Receitas/(Despesas) indedutíveis	(1.343)	(27)	(59.949)	(3.554)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(21.343)	–	(61.245)	–
Outras exclusões (adições) permanentes	–	–	13.274	(17.479)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social na demonstração do resultado	**–**	**–**	**272.353**	**(88.731)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	–	–	(10.112)	(65.668)
Crédito/(despesa) de imposto de renda e contribuição social - diferido	–	–	282.465	(23.062)
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**24%**	**-534%**

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Destacamos a seguir para a Companhia e suas controladas a origem dos depósitos judiciais:

	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Saldo adquirido	Adição/baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2022
Fiscais	148.100	6.396	14.380	8.105	176.981
Trabalhista	32.430	1.764	1.787	1.689	37.670
Regulatórios/Cíveis	112.027	232	15.153	3.309	130.721
Depósitos judiciais - SUS	610.130	1.336	150.494	66.813	828.773
	902.687	**9.728**	**181.814**	**79.916**	**1.174.145**

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Adições/baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2021
Fiscais	113.499	26.775	(5.000)	12.826	148.100
Trabalhistas	28.389	1.839	9.201	(6.999)	32.430
Regulatórios/Cíveis	66.592	32.016	12.404	1.015	112.027
Depósitos Judiciais - SUS	474.809	6.065	111.152	18.104	610.130
	683.289	**66.695**	**127.757**	**24.946**	**902.687**

Fiscais - conforme apresentado na nota explicativa 24, a Companhia e suas controladas possuem discussões processuais que aguardam decisão judicial e administrativa. A Companhia e suas controladas, conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguardam a conclusão da lide.
Trabalhistas - depósitos efetuados pela Companhia e suas controladas para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 24, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.
Regulatórios/Cíveis - correspondem a depósitos judiciais que têm como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 24 está relacionado a esses depósitos.
Depósitos judiciais - SUS - as Controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

15. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

A movimentação dos investimentos da Companhia ocorreu da seguinte forma:

	Notre Dame Intermédica S.A.	Clinipam - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	Hospital e Maternidade Maringá S.A.	Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	NeuralMed (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**6.148.727**	**–**	**76.196**	**3.085.935**	**5.000**	**9.315.858**
Combinação de negócios - Hapvida	(19.742)	5.936	–	(7.052)	–	**(20.858)**
Combinação de negócios - Valor Justo	–	–	21.999	–	–	**21.999**
Aumento de Capital	961.000	26.600	1.016.000	34.200	–	**2.037.800**
Incorporação (nota 2.4)	–	3.108.129	–	(3.108.129)	–	**–**
AFAC - Adto para Futuro Aumento de Capital	80.000	16.300	2.000	–	–	**98.300**
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório e Juros sobre capital próprio	(453.250)	–	(1.970)	–	–	**(455.220)**
Alteração na participação societária de controladas	(778)	147	–	(3)	–	**(634)**
Reversão do ajuste a valor presente	–	1.801	2.213			**4.014**
Ajuste de inventário	–	(359)	(834)	–	–	**(1.193)**
	6.715.957	**3.158.554**	**1.115.604**	**4.951**	**5.000**	**11.000.066**
Equivalência patrimonial do exercício total	**(207.528)**	**(43.970)**	**(144.836)**	**(4.951)**	**–**	**(401.285)**
Equivalência patrimonial do exercício	(207.166)	(43.988)	(143.254)	(4.855)	–	**(399.263)**
Efeito líquido da combinação de negócios	(362)	18	(1.582)	(96)	–	**(2.022)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.508.429**	**3.114.584**	**970.768**	**–**	**5.000**	**10.598.781**

(i) Em 13 de agosto de 2021, a Companhia realizou investimento minoritário na *startup* NeuralMed, LLC (NeuralMed), cujas soluções otimizam o tempo de atendimento e a assertividade das decisões médicas por meio de Inteligência Artificial. O investimento realizado por meio de Contrato Simples para Futura Participação Societária, prevê uma participação (totalmente diluída) de 9,29%.

Principais informações contábeis sobre as empresas controladas:

		31 de dezembro de 2022			
Controladas diretas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	100%	13.384.056	6.991.444	6.392.612	(207.166)
Hospita Maternidade Maringá	100%	1.299.311	406.669	892.642	(143.254)
Clinipam Assistencia Médica	100%	3.721.162	655.021	3.066.141	(43.988)

16. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2022
Terrenos e imóveis	1,67%	1.591.529	44.044	20.036	(5.593)	84.709	(53.738)	1.680.987
Veículos	10%	558	1.825	255	(373)	18	(542)	1.741
Instalações	10%	23.581	2.292	3.192	35	13.544	(2.362)	40.282
Máquinas e equipamentos	3,57%	364.789	78.311	65.565	(31.235)	(18.639)	(78.644)	380.147
Móveis e utensílios	10%	69.089	6.323	11.892	(4.589)	5.187	(14.408)	73.494
Equipamentos de computação	6,67%	59.859	2.954	9.989	(4.514)	15.691	(31.754)	52.225
Imobilizações em curso (i); (ii)		181.798	622	103.338	(3.574)	(122.237)	(136)	159.811
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,67%	296.450	68.971	125.503	(3.290)	(12.061)	(10.769)	464.804
		2.587.653	**205.342**	**339.770**	**(53.133)**	**(33.788)**	**(192.353)**	**2.853.491**

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2021
Terrenos e imóveis	2%	1.304.258	172.417	63.714	(3.092)	96.966	(42.734)	1.591.529
Veículos	17%	714	195	24	(33)	(52)	(290)	558
Instalações	14%	7.494	408	4.442	(29)	13.437	(2.171)	23.581
Máquinas e equipamentos	14%	304.746	19.097	58.808	(171)	55.378	(73.069)	364.789
Móveis e utensílios	10%	56.908	6.236	9.299	(175)	4.297	(7.476)	69.089
Equipamentos de computação	25%	26.426	1.472	5.543	(88)	41.526	(15.020)	59.859
Imobilizações em curso (i); (ii)		227.702	6.804	125.339	(3.165)	(163.950)	(10.932)	181.798
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	244.613	18.714	109.425	(4.143)	(60.177)	(11.982)	296.450
		2.172.861	**225.343**	**376.594**	**(10.896)**	**(12.575)**	**(163.674)**	**2.587.653**

(i) valores transferidos para o ativo intangível.
(ii) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se, substancialmente, a investimentos realizados em hospitais e clínicas para melhorar e expandir as instalações físicas.
(iii) R$ 33.788 (R$ 12.575 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a transferência de valores para o ativo intangível.
Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2022, não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.
O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas operacionais", conforme notas explicativas 27 e 28.a, respectivamente.
A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.
Durante o exercício a Companhia e suas controladas adquiriram ativos imobilizados ao custo total de R$ 325.420, dos quais R$ 339.091 foram aquisições com pagamentos no período e R$ 14.340 estão provisionados na rubrica "Fornecedores".

17. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas possuem arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.
As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor.
A Companhia e suas controladas chegaram às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia e suas controladas. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas pela Companhia e suas controladas:

Prazos	**Taxa % a.a.**
Até 2 anos	7,05%
De 2 a 4 anos	7,92%
De 4 a 6 anos	7,76%
De 6 a 8 anos	9,19%
De 8 a 10 anos	9,41%
Acima de 10 anos	9,40%

Os arrendamentos contratados são apresentados abaixo:

a) Direito de uso

	Consolidado Aluguéis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**597.068**	**49.765**	**14**	**646.847**
Saldo adquirido	128.007	986	–	128.993
Remensurações contratuais	59.827	2	–	59.829
Adições Novos Contratos	6.000	–	–	6.000
Baixas	(677)	–	–	(677)
Depreciação	(82.680)	(10.705)	(14)	(93.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**707.545**	**40.048**	**–**	**747.593**

	Consolidado Aluguéis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**466.923**	**25.492**	**36**	**492.451**
Saldo adquirido	155.577	130	–	155.707
Remensurações contratuais	38.346	28.697	–	67.043
Adições novos contratos	23.079	6.126	–	29.205
Baixas	(14.403)	–	–	(14.403)
Depreciação	(72.454)	(10.680)	(22)	(83.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**597.068**	**49.765**	**14**	**646.847**

b) Arrendamento

(i) Movimentação dos arrendamentos

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	**714.752**	**527.731**
Saldo adquirido	137.418	168.855
Atualizações contratuais	59.829	67.043
Adições novos contratos	6.000	29.205
(–) Baixas	(765)	(17.116)
Juros incorridos	73.053	60.819
(–) Contraprestação paga	(142.149)	(121.786)
Saldo no final do exercício	**848.138**	**714.752**
Circulante	**51.479**	**57.596**
Não circulante	**796.659**	**657.156**

(ii) Maturidade dos contratos

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
2022	–	124.220
2023	133.370	108.166
2024	131.957	103.768
2025	121.188	98.176
2026	115.961	12.292
2027	110.941	–
Acima de 5 anos	767.998	685.412
Valor nominal	**1.381.415**	**1.132.034**
Juros embutidos	(533.277)	(417.282)
	848.138	**714.752**

c) Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06 (R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia e suas controladas.
A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.
Para atender à orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, utilizamos o índice de nossos contratos cuja maior parte é IGP-M, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, obtida pela divulgação das projeções do Banco Bradesco para os indicadores até 2025, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Fluxo nominal		
Passivos de arrendamento	1.381.415	1.132.034
Juros embutidos	(533.277)	(417.282)
	848.138	**714.752**
Fluxo real efetivo inflacionado		
Passivos de arrendamento	1.443.517	1.174.423
Juros embutidos	(557.251)	(432.908)
	886.266	**741.515**

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Deliberação CVM 41/2021

Em 22 de junho de 2021, foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a Resolução nº 41, que estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) e que está em consonância com a aprovação do IASB. Em decorrência da pandemia de COVID-19, nos contratos de arrendamentos em que ocorreram impactos em redução ou suspensão de pagamentos e que em situação normal seriam provocadas modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto deverão ser tratados como pagamento variável.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não tiveram registros de reduções de aluguéis decorrentes da Deliberação CVM 41/2021.

18. INTANGÍVEL

(i) Movimentação do intangível

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2022
Aquisição da carteira de plano de saúde (a)	770.968	299.924	–	–	(378)	(125.087)	945.427
Sistema de computadores	36.800	19.913	6.032	(220)	34.039	(22.276)	74.288
Ágio adquirido por combinação de negócios (b)	6.880.376	758.523	–	–	–	–	7.638.899
Ativos intangíveis (c)	5.996	–	–	–	–	–	5.996
Outros ativos intangíveis	29	15.299	21	–	127	(698)	14.778
	7.694.169	**1.093.659**	**6.053**	**(220)**	**33.788**	**(148.061)**	**8.679.388**

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Aquisição da carteira de plano de saúde (a)	516.306	358.756	–	(1.393)	–	(102.701)	770.968
Sistema de computadores	31.966	1.287	3.408	(47)	12.575	(12.389)	36.800
Ágio adquirido por combinação de negócios (b)	5.139.680	1.740.696	–	–	–	–	6.880.376
Ativos intangíveis (c)	5.996	–	–	–	–	–	5.996
Outros ativos intangíveis	29	–	–	–	–	–	29
	5.693.977	**2.100.739**	**3.408**	**(1.440)**	**12.575**	**(115.090)**	**7.694.169**

(a) Refere-se à aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

				Composição da carteira 31 de dezembro de	
Grupo/Empresa	Data	Custo	Amortização acumulada	2022	2021
Grupo Notre Dame	21.05.2014	8.159	(7.823)	330	352
Grupo Santamália	16.11.2015	18.923	(18.923)	–	249
Unimed ABC	23.09.2016	21.893	(12.072)	9.302	11.373
Grupo Cruzeiro do Sul	31.01.2018	18.684	(7.987)	10.268	11.980
Grupo SAMED	01.10.2018	30.313	(14.865)	14.519	18.235
Grupo Green Line	01.01.2019	154.272	(51.169)	99.692	113.337
Grupo Mediplan	29.05.2019	59.122	(20.200)	37.444	43.356
Belo Dente	04.07.2019	46.462	(18.305)	27.066	32.118
Grupo São José	18.11.2019	6.378	(2.725)	3.426	4.334
Grupo São Lucas	23.01.2020	111.005	(29.695)	78.611	89.409
Grupo Clinipam	07.02.2020	164.385	(80.012)	79.311	99.800
Ecole	13.04.2020	15.031	(6.218)	8.191	10.679
Grupo Santa Mônica	24.08.2020	6.554	(5.856)	21	2.729
Lifeday	01.12.2020	25.490	(7.886)	16.887	20.830
Climepe	08.03.2021	41.832	(12.540)	27.951	35.770
Bio Saúde	31.03.2021	29.661	(8.465)	19.786	25.429
Grupo Medisanitas	13.04.2021	223.671	(21.286)	198.838	213.028
Grupo Serpram	04.08.2021	41.093	(5.692)	34.262	37.960
Grupo CCG	10.01.2022	261.480	(17.839)	279.522	–
		1.284.408	**(349.558)**	**945.427**	**770.968**

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil
Odontológica	3 a 5 anos
Saúde	2 a 13 anos

(b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida e força de trabalho, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa (*impairment*).

Os saldos de ágio (ativo intangível com vida útil indefinida) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2022 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa ("UGC"), dando origem ao valor em uso. A Companhia e suas controladas realizam o teste de recuperabilidade anualmente.

Para definir suas UGCs, a Administração da Companhia e suas controladas considerou fatores qualitativos e quantitativos, que são utilizados no monitoramento e na tomada de decisão mediante a estratégia de verticalização do negócio ampliando a operação em outras regiões geográficas, além do ganho de sinergia e fortalecimento da Companhia e suas controladas, na venda de planos de saúde e odontológicos. Adicionalmente, para o exercício de 2022, a fusão entre a Hapvida Participações e Investimentos S.A. e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., controladora da Companhia, também foi um fator relevante considerado pela Administração na definição das UGCs.

Dentre as informações analisadas pela Administração, estão as revisões analíticas das receitas e sinistralidade e a rentabilidade de produtos envolvendo a criação, continuidade e descontinuidade de novos planos de saúde. Nas análises também são monitorados os custos incorridos e comparados com as projeções estimadas, a fim de identificar eventuais distorções quem venham ser oriundas de internações e cirurgias eletivas. Essas análises geralmente são realizadas de forma regionalizada.

Em decorrência da combinação de negócio das Companhias e do processo de sinergia em andamento, foram definidas duas UGC´s, denominadas "Hapvida" e "NDI". Desta forma, as análises realizadas, projeções de fluxo de caixa e definição do *Carry amount* foram efetuadas com base nas UGC´s definidas.

O *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura) não gera fluxos de caixa independentemente de outros ativos ou grupos de ativos e, frequentemente, contribui para os fluxos de caixa de múltiplas UGCs, devendo ser testado para *impairment* em nível que reflita a forma pela qual a entidade gerencia suas operações e com a qual o ágio estaria naturalmente associado.

		Composição do ágio 31 de dezembro de	
Grupo/Empresa	Data	2022	2021 (Reapresentado)
Grupo Santamália	16.11.2015	125.405	125.405
Hospital Family	23.12.2015	79.030	79.030
Unimed ABC	23.09.2016	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	01.03.2017	24.052	24.052
Hospital São Bernardo	23.02.2017	153.509	153.509
Grupo Nova Vida	03.07.2017	151.673	151.673
Grupo Cruzeiro do Sul	31.01.2018	60.578	60.578
Grupo SAMED	01.10.2018	196.737	196.737
Grupo Green Line	01.01.2019	832.941	832.941
Grupo Mediplan	29.05.2019	230.334	230.334
Hospital Jacarepaguá	05.04.2019	56.024	56.024
Belo Dente	04.07.2019	23.916	23.916
Grupo Ghelfond	28.11.2019	163.187	163.187
Grupo São José	18.11.2019	94.264	94.264
Grupo São Lucas	23.01.2020	218.093	218.093
Grupo Clinipam	07.02.2020	2.325.410	2.325.410
Ecole	13.04.2020	39.633	39.633
LabClin	13.04.2020	4.464	4.464
Hospital Coração Balneário Camboriú	20.05.2020	37.945	37.945
Grupo Santa Mônica	24.08.2020	130.829	130.829
Hospital e Maternidade Santa Brígida	23.10.2020	22.882	22.882
Lifeday	01.12.2020	114.405	114.449
Lifecenter	20.01.2021	211.719	224.501
Climepe	08.03.2021	91.023	88.840
Bio Saúde	31.03.2021	77.594	75.612
Hospital do Coração de Londrina	05.04.2021	197.179	201.601
Grupo Medisanitas	13.04.2021	855.856	768.400
Hospital e Maternidade Maringá	16.07.2021	50.117	27.925
Grupo Serpram	04.08.2021	112.354	145.842
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha	01.10.2021	129.861	190.824
Grupo CCG	10.01.2022	700.591	–
Hospital do Coração Duque de Caxias	10.02.2022	55.818	–
		7.638.899	**6.880.376**

(c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresas (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

Ativos intangíveis	Vida útil
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas operacionais", conforme notas explicativas 27 e 28.a, respectivamente.

19. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021 (Reapresentado)
Imposto sobre Serviços (ISS)	22.520	19.446
Contribuição previdenciária	27.689	4.493
FGTS	8.440	5.008
PIS e COFINS	30.822	37.512
Contribuições sindicais e assistenciais	72	168
Parcelamento de tributos e contribuições	28.086	29.727
Outros	4.306	2.571
Impostos devidos a recolher	**121.935**	**98.925**
Imposto de Renda - colaboradores	22.407	18.553
Imposto de Renda - terceiros	9.909	9.068
Imposto sobre Serviços	9.640	6.607
Contribuição previdenciária retida	5.217	12.107
Retenção PIS/COFINS/CSLL	21.895	19.873
Impostos retidos a recolher	**69.068**	**66.208**
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	48.897	64.788
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipais	350	700
Parcelamento impostos, multas e taxas - outros	39.270	21.338
Parcelamento impostos, multas e taxas	**88.517**	**86.826**
Total	**279.520**	**251.959**
Circulante	**191.003**	**165.133**
Não circulante	**88.517**	**86.826**

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos:

						Consolidado 31 de dezembro de	
Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a. (%)	2022 Valor	2021 Valor
Capital de Giro	Banco Itaú	CDI + 2,4% a.a.	2024	Anual	12,92%	–	258.792
Capital de Giro	Banco Itaú	CDI	2024	Mensal	4,00%	–	17.586
Capital de Giro	Banco Santander	CDI	2023	Mensal	3,00%	–	3.509
Capital de Giro	Banco Santander	Prefixado	–	Mensal	11,71%	–	4.635
Capital de Giro	Banco Santander	CDI + 2,4% a.a.	2024	Anual	2,40%	–	303.702
Capital de Giro	Bradesco	CDI	–	Mensal	17,82%	–	5.404
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	2,70%	–	3.090
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	2025	Anual	2,70%	–	299.074
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 1,28% a.a.	2026	Trimestral		–	180.706
Capital de Giro	Citibank	CDI + 2,6% a.a.	2023	Anual	12,92%	–	262.737
Capital de Giro	Banco BDMG	CDI	2024	Trimestral	2,70%	–	9.696
Leasing	Banco Santander	Prefixado	2023	Mensal	11,40%	–	122
Leasing	HP Financial	CDI	–	Mensal	14,10%	–	45
Leasing	HP Financial Service	Prefixado	2023	Mensal	1,10%	65	246
Nota promissória	Bradesco	CDI + 1,4% a.a.	–	Anual	1,44%	–	98.626
Coop. Crédito	Credicom	CDI	2026	Mensal	4,03%	–	24.512
Coop. Crédito	Sicoob	CDI + 0,25% a.a.	2028	Mensal	2,50%	254	19.513
FINAME	Banco Santander	100% CDI	2023	Semestral	13,65%	61.849	–
FINAME	Banco Santander	100% CDI	2023	Semestral	13,65%	11.599	–
Capital de Giro	Banco Santander	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	2025	Trimestral	1,60%	253.295	–
CRI (i)	Itaú	CDI + 0,75% a.a.	2027	Semestral	0,75%	530.659	–
CRI (i)	Itaú	IPCA + 7,0913% a.a.	2029	Semestral	7,09%	354.205	–
CRI (i)	Itaú	IPCA + 7,2792% a.a.	2034	Semestral	7,28%	93.319	–
Outros		CDI		Mensal		152	120
						1.305.397	**1.492.115**
				Circulante		**74.388**	**195.878**
				Não circulante		**1.231.009**	**1.296.237**

Como parte da estratégia de restruturação de dívida, a Companhia realizou a liquidação antecipada dos empréstimos e financiamentos.

(i) Em 12 de dezembro de 2022, foi celebrado o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até três séries, da 7ª emissão da Companhia. As debêntures são vinculadas à 62ª emissão, em até três séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Virgo Companhia de Securitização, no montante de R$ 1.000.000 (um bilhão de reais), no valor nominal unitário de R$ 1 (um mil reais).

O total emitido de CRI ocorreu em três séries, sendo a primeira série de 542.426 (quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e seis) CRI, segunda série de 362.151 (trezentos e sessenta e dois mil cento e cinquenta e um) CRI e terceira série de 95.423 (noventa e cinco mil quatrocentos e vinte e três) CRI. Os recursos serão destinados para: i) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis e empreendimentos imobiliários; e ii) reembolso de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas; e iii) resgate parcial antecipado de dívidas.

A captação do recurso foi concluída em 27 de dezembro de 2022. A remuneração das três séries emitidas é como segue:

(i) 1ª série do CRI: remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2027 (principal + juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI) acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 0,75%.

(ii) 2ª série do CRI: remuneração ocorrerá em 17 de dezembro de 2029 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a 7,0913% (sete inteiros e novecentos e treze décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis).

(iii) 3ª série do CRI: remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2034 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a de 7,2792% (sete inteiros e dois mil setecentos e noventa e dois décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	**1.492.115**	**1.168.740**
Saldo adquirido	203.536	97.127
Captação	1.321.260	511.017
Custo com Captação	(23.148)	(2.284)
Apropriação custo	5.917	2.878
Pagamento principal	(1.592.040)	(302.489)
Juros pagos	(203.251)	(74.390)
Variação Cambial	(474)	(948)
Ajuste valor presente	193	(1.018)
Juros incorridos	101.289	93.482
Saldo no final do exercício	**1.305.397**	**1.492.115**

21. DEBÊNTURES

a) Composição do saldo de debêntures:

							Consolidado 31 de dezembro de	
Título	Modalidade	Unidade Emitidas	Emissão	Vencimento	Encargos Médios	Captação	2022	2021
BCBF14	4ª emissão	750.000	22/09/2020	22/09/2025	CDI + 2,65% a.a.	750.000	778.422	765.698
BCBF15	5ª emissão	700.000	04/11/2020	04/11/2025	CDI + 2,65% a.a.	700.000	713.603	707.947
BCBF15	6ª emissão	1.200.000	18/10/2021	07/10/2027	CDI + 1,45% a.a.	1.200.000	1.233.992	1.216.179
NDMI13	3ª emissão	800.000	01/08/2019	01/08/2024	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	800.000	564.838	824.804
							3.290.855	**3.514.628**
						Circulante	**866.534**	**344.692**
						Não Circulante	**2.424.321**	**3.169.936**

(i) Sexta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A Companhia captou, em 7 de outubro de 2021, o montante de R$ 1.200.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), por meio de emissão de 1.200 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiarias.

O prazo total é de 6 anos contados da data de emissão, e o principal será amortizado anualmente a partir do 4° (quarto) ano nas datas de 7 de outubro de 2025, 7 de outubro de 2026 e no vencimento em 7 de outubro de 2027.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 7 de abril de 2022 e a última 7 de outubro de 2027. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,45% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 18 de outubro de 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que conclui com sucesso sua emissão de debêntures.

(ii) Quinta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A Companhia captou, em 4 de novembro de 2020, o montante de R$ 700.000 (setecentos milhões de reais) por meio de emissão de 700.000 (setecentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também ser destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3° (terceiro) ano nas datas de 4 de novembro de 2023, 4 de novembro de 2024 e no vencimento, em 4 de novembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 4 de maio de 2021 e a última em 4 de novembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 26 de novembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(iii) Quarta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A Companhia captou, em 22 de setembro de 2020, o montante de R$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) por meio de emissão de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também ser destinados a aumentos de capital em suas subsidiarias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3° (terceiro) ano nas datas de 22 de setembro de 2023, 22 de setembro de 2024 e no vencimento, em 22 de setembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 22 de março de 2021 e a última em 22 de setembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 30 de setembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(iv) Terceira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R$ 800.000 (oitocentos milhões de reais) por meio de emissão de 800 (oitocentas mil) debêntures não conversíveis em ações no valor nominal de R$ 1.000,00, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3° (terceiro) ano contado da data de emissão, em 1° de agosto de 2022, e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

b) Movimentação das debêntures:

	BCBF	Intermédica	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.689.824**	**824.804**	**3.514.628**
Apropriação dos custos	3.499	885	4.384
Pagamento principal	–	(266.667)	(266.667)
Juros pagos	(342.655)	(87.093)	(429.748)
Juros incorridos	375.349	92.909	468.258
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.726.017**	**564.838**	**3.290.855**

Em 4 de novembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento de juros referente a 5ª emissão de debêntures não conversíveis, emitida em 4 de novembro de 2020. O valor total pago de juros foi de R$ 55.967.

c) Cronograma de amortização do saldo das debêntures:

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021
12 meses	866.534	344.692
De 13 a 24 meses	745.983	612.282
De 25 a 36 meses	880.339	637.649
De 37 a 48 meses	398.908	1.122.006
De 49 a 60 meses	399.091	198.909
Acima de 60 meses	–	599.090
	3.290.855	**3.514.628**

d) Cláusulas restritivas *(Covenants)*

As debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) emitidos pela Companhia e suas controladas possuem cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado, incluindo, porém não limitadas, àquelas que obrigam a Companhia e suas controladas a cumprir o "índice financeiro" definido em suas respectivas escrituras, medidos trimestralmente.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão atendendo integralmente as cláusulas contratuais restritivas financeiras relacionadas a vencimento antecipado.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão atendendo integralmente as cláusulas contratuais restritivas não financeiras.

e) Garantias

As debêntures de série única, quarta, quinta e sexta emissão, emitidas pela Companhia, possuem garantia fidejussória na forma de fiança prestada pela garantidora Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada da Companhia, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas.

A debênture de série única, terceira emissão, emitidas pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.,,possui garantia fidejussória na forma de fiança prestada pela garantidora BCBF Participações S.A., na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas.

f) Resgate antecipado

As emissões da Companhia e sua Controlada direta Notre Dame Intermédica Saúde S.A. poderão ser resgatadas antecipadamente a critério da Companhia a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

22. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS (a)	1.124.373	896.389
Provisão para eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	643.722	521.405
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (c)	813.377	582.336
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG (c)	281.815	207.620
Provisão para remissão (c)	2.453	2.745
	2.865.740	**2.210.495**
Circulante	**2.017.767**	**1.522.844**
Não circulante	**847.973**	**687.651**

a) Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. As Controladas da Companhia contestam as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 14.

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	**896.389**	**725.935**
Saldo adquirido	37.177	49.785
Avisos recebidos - SUS	139.803	85.340
Cobrança efetiva de eventos - SUS	–	34.234
Atualização monetária	63.599	25.668
Pagamentos efetuados	(12.595)	(24.573)
Saldo no final do exercício	**1.124.373**	**896.389**

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	**521.405**	**467.953**
Saldo adquirido	376	54.614
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	12.097.234	10.264.588
Gastos com rede própria classificada em eventos	(3.025.022)	(2.770.111)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(8.950.270)	(7.495.639)
Saldo no final do exercício	**643.722**	**521.405**

c) Variações das provisões técnicas:

	PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**582.336**	**207.620**	**2.745**
Saldo adquirido	32.253	3.511	–
Combinação de negócios Hapvida	3.548	–	–
Variação das provisões no período	195.240	70.684	(292)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**813.377**	**281.815**	**2.453**

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA e PEONA-SUS, classificada no passivo circulante, é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido notificados às Operadoras.

(ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas - PPCNG, classificada no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) Provisão para remissão, classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora 31 de dezembro de		Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021 (Reapresentado)	2022	2021 (Reapresentado)
Obrigações contratuais (a)	65.847	42.545	816.009	504.329
Depósito de terceiros	–	–	44.091	26.133
Recebimento antecipado cliente	–	–	14.124	3.193
Débitos diversos	2.491	2.491	72.277	52.266
Adiantamento parceria banco	–	–	619	6.449
Aluguéis a pagar	–	–	17.223	15.473
Parcelamento de multa ANS (b)	–	–	31.308	35.061
Débitos de operações de Assistência à saúde e não relacionados com planos (d)	–	–	51.110	57.822
Provisões para plano de benefícios com empregados	–	–	20.492	21.322
Outros	–	–	50.128	18.677
	68.388	**45.036**	**1.117.381**	**740.725**
Circulante	**2.491**	**2.491**	**326.676**	**231.050**
Não circulante	**65.847**	**42.545**	**790.705**	**509.675**

a) Obrigações contratuais

Referem-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquidas do ajuste a valor presente, e transações com partes relacionadas com suas Controladas. A seguir demonstramos a movimentação das obrigações contratuais.

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2022	2021 (Reapresentado)
Saldo no início do exercício	**504.329**	**247.075**
Aquisições de empresas	975.109	1.959.606
Pagamentos referentes à aquisições realizadas	(732.493)	(1.895.162)
Atualização monetária (líquidos dos passivos de obrigações e ativos indenizatórios)	152.140	167.582
Saldo indenizatórios (constituições/baixas)	(82.743)	24.350
Ajustes de preço/remensurações	(333)	878
Saldo no fim do exercício	**816.009**	**504.329**
Composição		
Obrigações contratuais	1.590.152	1.144.661
Ativos indenizatórios	(774.143)	(640.272)
	816.009	**504.329**

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9

→★ continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da adquirida Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN nº 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária.

c) O saldo se refere a obrigações com prestadores de serviços a saúde e equipes médicas.

24. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvensdo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Companhia e suas controladas provisionam a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

São descritos abaixo os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Companhia e suas controladas:

Causas com prognóstico de perda provável - natureza:

Consolidado						
	31 de dezembro de 2021	Saldo adquirido	Provisão/ reversão	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2022
Tributárias	297.618	10.685	51.104	(93)	34.974	394.288
Trabalhistas	179.860	6.803	39.159	(31.965)	14.006	207.863
Regulatórios/Cíveis	297.032	9.470	92.970	(85.881)	41.802	355.393
	774.510	**26.958**	**183.233**	**(117.939)**	**90.782**	**957.544**

Consolidado						
	31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Provisão/ (Reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31 de dezembro de 2021
Tributárias	370.893	9.150	(110.082)	–	27.657	297.618
Trabalhistas	225.908	15.316	(60.830)	(14.773)	14.239	179.860
Regulatórios/Cíveis	273.729	64.515	(35.327)	(51.703)	45.818	297.032
	870.530	**88.981**	**(206.239)**	**(66.476)**	**87.714**	**774.510**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentaram outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R$ 5.330.032 (R$ 3.941.748 em 31 de dezembro de 2021), que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021
Tributárias	3.479.276	2.467.768
Trabalhistas	334.137	279.775
Regulatórios/cíveis	891.330	744.205
	4.704.743	**3.491.748**

			31 de dezembro de 2022	
Natureza	**Tema**	**Objeto**	**Provável**	**Possível**
Tributário	Multas Administrativas ANS	A contingência ora tratada advém de processos administrativos e execuções fiscais movidos pela ANS, em que são cobradas multas administrativas oriundas de supostas infrações às normas reguladoras da atividade das operadoras de planos de saúde, decorrentes de atendimentos de beneficiários da Companhia e/ou suas controladas na rede pública, com fundamento no art. 32 da Lei nº 9.656/98.	2.431	68.590
	Imposto Sobre Serviços (ISS)	A contingência ora tratada advém de processos administrativos e judiciais movidos por Secretarias da Fazenda Municipal, por meio dos quais se cobra o recolhimento do imposto sobre serviços supostamente devido pela Companhia e/ou suas controladas, em decorrência de suas atividades operacionais.	139.303	974.791
	Assuntos Previdenciários	A contingência advém, principalmente, de autos de infração lavrados em face da Companhia e suas controladas por créditos tributários supostamente devidos em razão de irregularidades ou ausência de recolhimentos de contribuições previdenciárias, dentre outros assuntos previdenciários.	211.837	187.305
	Autos de infração - IRPJ/CSLL	As Controladas da Companhia possuem processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos ao ano-calendário de 2013.	–	911.040
	Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT	A contingência advém da aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante. O processo encontra-se nas esferas Superiores Sobrestado.	13.647	–
	Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	As Controladas da Companhia possuem execuções fiscais de débitos que estão incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).	–	21.157
	Taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde (TRSS)	As Controladas da Companhia possuem execuções fiscais de débitos para a cobrança de débitos de Taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde (TRSS).	–	9.503
	Arrolamento	Pedido anulatório que visa ao cancelamento do procedimento de arrolamento de bens instaurado em face de controladas da Companhia.	–	40.734
	Stock Option	Declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autora e Ré quanto à exigência, em função dos exercícios (passados e futuros) de opções de ações nos Plano de Stock Option instituído pela Companhia, sobre contribuições previdenciárias sobre a folha de salários e demais contribuições de terceiros (Salário-Educação, INCRA, SESC, SENAC e Sebrae), e eventual ausência de retenção de imposto de renda quando do exercício das opções.	–	567.540
	Outros processos tributários	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza tributária.	27.070	698.616
			394.288	**3.479.276**

			31 de dezembro de 2022	
Natureza	**Tema**	**Objeto**	**Provável**	**Possível**
Trabalhista	Verbas trabalhistas/rescisórias e Reconhecimento de vínculo empregatício	A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual ou coletivo, por ex-empregados ou empregados, que buscam o recebimento de verbas trabalhistas e rescisórias concernentes ao período em que laboraram em favor da Companhia e/ou suas controladas, abrangendo: horas extras, adicionais de insalubridade e noturno, equiparação salarial, desvio e acúmulo de função, multas dos artigos 467 e 477 da CLT etc. A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual, por prestadores de serviço que buscam obter o reconhecimento de um suposto vínculo empregatício mantido com a Companhia e/ou suas controladas, mesmo sem a presença dos pressupostos típicos de uma relação de emprego. Neste cenário, podemos citar como exemplo: médicos, técnicos em radiologia, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc.	207.863	334.137

			31 de dezembro de 2022	
Natureza	**Tema**	**Objeto**	**Provável**	**Possível**
Cíveis/ Regulatórios	Carência contratual	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter a cobertura assistencial do seu plano de saúde sem o devido cumprimento dos períodos de carência. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos prazos de carência previstos em lei e/ou contrato.	58.721	–
	Ações indenizatórias - atos médicos	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter reparação de danos sofridos por condutas médicas supostamente inadequadas. Em tais processos, os autores das ações buscam imputar à Companhia e/ou suas controladas a responsabilidade solidária pelo ato médico praticado por seus profissionais credenciados.	98.524	–
	Dívidas com prestadores em geral	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por prestadores de serviços em geral que buscam obter o pagamento de valores supostamente devidos pela Companhia e/ou suas controladas com fundamentos diversos, podendo citar como exemplos: glosas de contas hospitalares, rescisões contratuais, etc.	21.553	–
	Regulatório	Processos administrativos por infração da Lei nº 9.656/98 e RN nº 124/2006.	–	112.003
	Outros processos cíveis	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza cível.	176.595	793.327
			355.393	**905.330**

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 7.048.080, composto por 7.048.080 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2021 o capital social integralizado e subscrito da Companhia era de R$ 5.388.080, composto por 5.388.080 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a acionista Notre Dame Intermédica Participações S.A., aprovou o aumento de capital de R$ 1.660.000, mediante a subscrição e integralização de 1.660.000 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal.

Ato societário	Qtde. de ações	Valor da ação - R$	Aumento de capital - R$ mil
Assembleia Geral Extraordinária - 31 de março de 2022	150.000.000	1,00	150.000
Assembleia Geral Extraordinária - 18 de maio de 2022	1.360.000.000	1,00	1.360.000
Assembleia Geral Extraordinária - 1 de agosto de 2022	150.000.000	1,00	150.000
	1.660.000.000		**1.660.000**

b) Reserva de capital

Em 21 de maio de 2014, a extinta Bain Capital Brazil Participações Ltda., que era controlada direta da Companhia, adquiriu a totalidade do capital das extintas sociedades PSBB2 Administração e Participações Ltda. e PSBB3 Administração e Participações Ltda. (juntas definidas como "Holdings PSBB2 e PSBB3") as quais, por sua vez, detinham 100% do capital das sociedades do Grupo Notre Dame Intermédica.

Em 30 de setembro de 2014, houve a restruturação societária com a incorporação das Holdings PSBB2 e PSBB3 pela Bain Capital Brazil Participações Ltda., com base em laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis com data base contábil de 31 de agosto de 2014, o qual foi emitido em 26 de setembro de 2014 por empresa independente.

Em 26 de novembro de 2014, nos termos do Protocolo de Cisão e Justificação, houve a incorporação da totalidade do acervo líquido da empresa Bain Capital Brazil Participações Ltda., pelas sociedades adquiridas do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, à luz do ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09 (R1)"), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e, considerando as reestruturações societárias realizadas, concluiu que tanto a Bain Capital Brazil Participações Ltda. quanto a própria Companhia não poderiam ser consideradas como entidades adquirentes das Holdings PSBB2 e PSBB3 para fins de alocação do excesso de contraprestação transferida ("ágio") gerado na aquisição de 21 de maio de 2014. Desta forma, conforme determinado pelo ICPC 09 (R1), parágrafo 44.b, ainda vigente à época, a incorporação reversa da Bain Capital Brazil Participações Ltda. pelas sociedades que faziam parte do Grupo Notre Dame Intermédica não se configurou, na essência, uma combinação de negócios, mas como uma reestruturação societária entre sociedades sob controle comum, em que o adquirente final do Grupo Notre Dame Intermédica foi a BCBF Participações S.A., sociedade que detém o controle da Companhia, ocasionando, portanto, a baixa integral do ágio anteriormente registrado na Bain Capital Brazil Participações Ltda., conforme demonstrado a seguir:

Contraprestação	1.427.500
Parcela retida	454.155
Valor da aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica	**1.881.655**
(–) Ajuste a valor presente s/parcela retida	(246.474)
(–) Ajuste de preço	(45.188)
(+) Imóveis excluídos da aquisição	32.608
(–) Patrimônio líquido das sociedades adquiridas	(319.027)
(+) Outros	678
(=) Ágio registrado na Bain Capital Brasil Ltda. - em 21 de maio de 2014 (a)	**1.304.252**
Valor da baixa do ágio pela incorporação reversa	**(1.304.252)**
(+) Crédito fiscal (b)	527.726
(–) Ágio registrado na PSBB2 e PSBB3 (c)	(3.708)
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia - em 26 de novembro de 2014	**(780.234)**
(+) Variação no resultado da incorporação (d)	16.743
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia - em 31 de dezembro de 2018	**(763.491)**
(+/–) Movimentação do período	–
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia - em 31 de dezembro de 2022	**(763.491)**

(a) Ágio total e não alocado conforme ICPC 09 (R1);

(b) Créditos fiscais s/ ágio gerado na aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica reconhecido nas sociedades que receberam o acervo líquido da Bain Capital Brazil Participações Ltda.;

(c) Ágio gerado na reestruturação das Holdings PSBB2 e PSBB3 e consequentemente baixado na incorporação reversa;

(d) Variação no resultado de incorporações, entre a data da base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação. As seguintes transações geraram este impacto: i) em 31 de março de 2015, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Notre Dame Seguradora S.A., variação de R$ 2.396 e; ii) em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Interodonto, Santamália, Hospital Montemagno e Hospital Bosque da Saúde, variação de R$ 14.347.

c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos que, somada as demais reservas de lucros, não excederá o capital social subscrito. A finalidade da reserva é assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades da Companhia, estando ou não cobertas pelo orçamento de capital, devidamente aprovado em assembleia.

d) Dividendos propostos e pagos

No final do exercício é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado conforme estatuto social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021
Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde	13.694.681	11.930.410
Prestação de serviços médico-hospitalar	1.159.693	1.038.271
Outras prestações de serviços	22	1
(–) Glosa sobre serviços médico-hospitalares	(11.802)	(1.313)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da operadora	1.608	537
Receitas de serviços prestados	**14.844.202**	**12.967.906**
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(357.965)	(294.180)
(–) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalar	(127.262)	(89.365)
Impostos sobre serviços prestados	**(485.227)**	**(383.545)**
Receitas líquidas de serviços prestados	**14.358.975**	**12.584.361**

27. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021
Custos dos serviços prestados (i)	(12.097.233)	(10.264.587)
(–) Co-participação	355.143	285.232
Sistema Único de Saúde - SUS	(139.803)	(85.340)
Depreciações e amortizações	(193.468)	(169.753)
Depreciação direito de uso	(71.661)	(61.051)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (i)	(195.240)	(97.086)
	(12.342.262)	**(10.392.585)**

(i) Variação impactada devido a harmonização de práticas contábeis conforme nota 5.4.

28. DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas administrativas

	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021
Pessoal	–	1	(597.400)	(509.597)
Serviços de terceiros	(4.983)	(1.121)	(297.805)	(227.982)
Localização e funcionamento	–	(3)	(134.723)	(92.724)
Tributos	(37.337)	–	(44.179)	(6.507)
Publicidade e propaganda	–	(369)	(30.880)	(33.734)
Provisão para contingências	–	(2.802)	(140.497)	(83.588)
Depreciação e amortização	–	–	(146.946)	(109.011)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(1.006)	(165)	(7.992)	(5.086)
Depreciação direito de uso	–	–	(21.738)	(22.105)
Outras	–	–	(20.816)	(6.179)
	(43.326)	**(4.459)**	**(1.442.976)**	**(1.096.513)**

b) Despesas comerciais

	31 de dezembro de 2022	2021
Pessoal	(37.148)	(8.060)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(416.403)	(360.213)
Comissões e agenciamentos	(349.064)	(324.669)
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(1.713)	–
Serviços de terceiros	(4.098)	–
Localização e funcionamento	(1.399)	–
Publicidade e propaganda	(188)	–
Taxa, emolumentos, multas e juros	(16)	–
Outras	(11)	–
Mudança na expectativa de diferimento (nota 10)	23.263	–
	(786.777)	**(692.942)**

c) Perdas de recuperabilidade sobre créditos

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021
Constituição/(Reversão) de perda para recuperabilidade sobre créditos (i)	(189.567)	3.166
Baixa de perdas efetivas dos créditos relacionados com plano	(127.364)	(106.922)
Outras perdas relacionadas e não relacionadas com o plano	(1.788)	(2.044)
	(318.719)	**(105.800)**

(i) Variação impactada devido a harmonização de práticas contábeis conforme nota 5.4.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)
Receitas com aplicações financeiras [1]	24.236	29.158	227.820	113.967
Juros recebidos	–	–	46.810	39.185
Variação monetária ativa	3.887	1.058	115.816	41.103
Outras receitas	–	–	8.317	4.223
Instrumentos derivativos - NDF- (*Non-Deliverable Forward)*	–	–	1.193	4.491
Ajuste a valor mercado	–	–	7.918	–
Variação cambial	–	–	–	1
Descontos obtidos	–	–	6.266	3.751
	28.123	**30.216**	**414.140**	**206.721**
Juros financeiros debêntures	(375.349)	(125.136)	(468.258)	(172.887)
Custos financeiros debêntures	(3.499)	(2.756)	(4.384)	(3.641)
Variação monetária passiva	(8.583)	(2.554)	(261.316)	(121.181)
Multas e juros	–	(85)	(17.519)	(28.415)
Ajuste variação cambial	–	(69)	(41)	(414)
Tarifas bancárias	(165)	(296)	(29.578)	(23.707)
Ajuste a valor mercado	–	–	(2.540)	(7.238)
Perda de rendimento	–	–	(6.332)	–
Descontos concedidos	–	–	(15.946)	(14.441)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(42.385)	(58.147)	(101.289)	(93.482)
Ajuste a valor presente	(735)	(59)	(1.777)	(36)
Juros arrendamentos	–	–	(73.053)	(60.818)
Custos com empréstimos	(3.740)	(2.406)	(5.917)	(2.878)
Instrumentos derivativos - NDF- *Non-Deliverable Forward*	–	–	(9.033)	(11.767)
Outras despesas	(3.348)	(10.608)	(6.327)	(11.510)
	(437.804)	**(202.116)**	**(1.003.310)**	**(552.415)**
Resultado financeiro líquido	**(409.682)**	**(171.900)**	**(589.170)**	**(345.694)**

[1]O montante de R$ 1.607 no consolidado se refere a rendimento sobre aplicação de liquidez imediata com contrapartida de caixa e equivalente de caixa e o montante de R$ 226.213 se refere à aplicação financeira apresentado na nota explicativa 8.

30. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

No período não foram identificados instrumentos diluidores que afetassem o cálculo do resultado diluído por ações, portanto, o resultado diluído por ações é igual ao resultado básico por ações do período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados por ação básico e diluído:

	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentação)	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentação)
Prejuízo líquido do exercício	**(829.285)**	**(105.280)**	**(829.708)**	**(105.344)**
Número de ações em circulação				
(–) Tesouraria	7.048.080	5.333.080	7.048.080	5.333.080
Prejuízo por ação	**(0,1177)**	**(0,0197)**	**(0,1177)**	**(0,0198)**
Média ponderada de ações durante o exercício	7.048.080	5.333.080	7.048.080	5.333.080
Prejuízo básico por ação	**(0,1177)**	**(0,0197)**	**(0,1177)**	**(0,0198)**

31. PARTES RELACIONADAS

a) Controladora

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem a ressarcir a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. o montante de R$ 2.491, a título de reembolso de despesa do Grupo Samed, Medix Diagnóstico e Ecoimagem Diagnósticos.

Adicionalmente a Companhia tem valores a serem ressarcidos junto ao Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda, (incorporado em 01 de setembro de 2022, pela subsidiaria Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.) e Hospital e Maternidade Maringá S.A., referente a valores que serão descontados de vendedores quando for discutido o acerto de contas do contrato de compra e venda de R$ 20.238.

A Companhia firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada direta da Companhia, comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Notre Dame Intermédica Participações S.A. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto é R$ 425.952 (R$ 413.945 em 31 de dezembro de 2021).

b) Consolidado

A remuneração dos principais administradores das Controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 62.533 (R$ 37.832 em 31 de dezembro de 2021).

32. COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de serviços de alimentação, aluguéis de imóveis de curto prazo ou de prazo indeterminado, consultoria e manutenção que ainda não possuem requisitos para ser contabilizados até que entre em vigor a sua ocorrência pelo regime de competência. Também não se enquadram nos requisitos do IFRS 16.

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021
Até um ano	146.815	132.090
De um a cinco anos	587.262	528.362
Acima de cinco anos	146.815	132.090
	880.892	**792.542**

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e *lock-out*), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos.	674.986
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil operações	260.000
Cyber	Seguro risco cibernético	25.000
Frota de veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis	100% tabela FIPE por veículo Variável conforme faixa
Funcionários	Seguro de vida em grupo	salarial e limite máximo R$ 48.132
Seguro garantia	Garantias sobre contratos de clientes	R$ 33.473

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora 31 de dezembro de 2022	2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	2021 (Reapresentado)
Direito de uso - Adições/baixas e remensurações	–	–	65.151	44.778
Contas a pagar - Obrigações contratuais	–	–	269.370	161.390

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(i) Aquisição da Sistema e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas)

Em 5 de outubro de 2022, a controladora Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida), comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição de 100% do capital votante da Sistemas e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas) pela sua subsidiária integral Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

O preço de aquisição é de R$ 120 milhões, a ser pago à vista, em dinheiro, sujeito à variação do endividamento e capital de giro, além de possuir uma parcela retida para garantia de eventuais contingências.

A conclusão da transação está condicionada a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação dos órgãos reguladores.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Debêntures - pagamento antecipado parcial

Em 6 de janeiro de 2023, a Companhia, realizou o pagamento antecipado parcial de debêntures não conversíveis, referente a 4a emissão emitida em 22 de setembro de 2020 e a 5a emissão emitida em 4 de novembro de 2020, no montante de R$ 634.392 e R$ 269.989, respectivamente.

(ii) Ofício circular nº 01/2023/CVM/SNC/SEP

No dia 08.02.2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A Companhia analisou toda base de processos e não há nenhuma demanda que se enquadre na referida decisão do Supremo Tribunal Federal.

(iii) Migração de debêntures (BCBF 14, 15 e 16)

Em assembleias gerais de debenturistas, realizadas em 20 de março de 2023, foram aprovadas a cessão e transferência, pela Companhia, de todos e quaisquer direitos e obrigações por ela assumidos no âmbito das respectivas escrituras de emissão para Hapvida Participações e Investimentos S.A.(Hapvida), controladora indireta da Companhia, de modo que a Hapvida passa a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos (cessão).

A cessão está inserida no contexto de simplificação da estrutura societária da Companhia.

A migração será eficaz a partir da celebração dos instrumentos relativos à cessão, que serão celebrados entre Hapvida e Companhia, dos respectivos aditamentos às escrituras de emissão das Debêntures, bem como das aprovações das matérias nos conselhos de administração da Hapvida e Companhia.

(iv) Operação de sale & leaseback

Em 27 de março de 2023, a Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida), controladora indireta da Companhia, celebrou instrumento vinculante para operação de sale & leaseback, de imóveis de propriedade de controladas da Companhia, no montante de R$ 1,250 bilhão, com um veículo de investimento da Família Pinheiro (LPAR), controladora da Hapvida.

A conclusão do sale & leaseback deverá ocorrer até 28 de abril de 2023.

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

A DIRETORIA

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente e Vice-Presidente Comercial e Relacionamento

Maurício Fernandes Teixeira
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Gilson Ramos
Diretor de Controladoria - CRC SP-339585/O-9

CONTADOR

Willian Ykeuti
Gerente de Contabilidade - CRC 1SP196.148/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1°, inciso VI, da Resolução CVM n° 80/22, os diretores responsáveis pela elaboração das respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 31 de março de 2023

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente e Vice-Presidente Comercial e Relacionamento

Maurício Fernandes Teixeira
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1°, inciso V, da Resolução CVM n° 80/22, os diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 31 de março de 2023

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente e Vice-Presidente Comercial e Relacionamento

Maurício Fernandes Teixeira
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
BCBF Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BCBF Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da BCBF Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

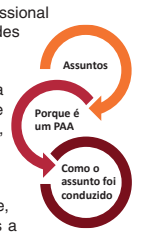
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. e da BCBF Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Conforme descrito nas Notas 5.3.15(iii) e 22, a Companhia registrou determinadas provisões técnicas de operações de assistência à saúde, com destaque para: (i) Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG); (ii) Provisões SUS; (iii) Provisão de eventos a liquidar; (iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA); e (v) Provisão para remissão.

O processo de determinação e mensuração dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros de saúde e do Teste de Adequação de Passivos (TAP) envolve julgamento da administração e de seus especialistas atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem índices de sinistralidade e vida, frequência de utilização, custos dos procedimentos realizados e taxa de desconto aplicadas no provisionamento a valor presente. Consideramos essa uma área de foco de auditoria pelo alto valor envolvido e pela criticidade dos julgamentos exercidos pela administração no cálculo dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho dos controles relevantes que envolvem o processo de mensuração e reconhecimento das estimativas; (ii) avaliação e aprovação das provisões técnicas de sinistros da Companhia. Consideramos, ainda; (iii) os controles de aprovação das notas técnicas atuariais pelos responsáveis técnicos; além de (iv) avaliação da capacidade técnica e qualificação dos especialistas atuariais da Companhia. Com o suporte de nossos especialistas na área Atuarial; (v) avaliamos a razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros de saúde e do Teste de Adequação de Passivos, tais como índices de sinistralidade e vida, frequência de utilização, custos dos procedimentos realizados e taxa de desconto, e comparamos com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Companhia e efetuamos recálculo, teste de consistência de acordo com as referidas notas técnicas. Adicionalmente, (vi) testamos a totalidade e a integridade das bases de dados de sinistros utilizadas para mensuração dessas provisões, por meio de técnicas de auditoria automatizadas, além de (vii) execução de testes independentes de sensibilidade nas análises preparadas pela administração para consideração dos potenciais impactos decorrentes das variações na taxa de desconto no cálculo da PPCNG, na sinistralidade e despesas administrativas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Combinações de negócios

Conforme descrito nas Nota 4 - "Combinação de Negócios", a Companhia adquiriu durante o exercício de 2022, o controle acionário de empresas do setor de Saúde, entre elas (i) Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda.; e (ii) CCG Participações S.A. O tema Combinação de Negócios foi considerado um dos Principais Assuntos de Auditoria devido a relevância das aquisições e a complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu registro contábil, o qual considera os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios", tais como: (i) alocação do preço de aquisição; (ii) harmonização das práticas contábeis das empresas adquiridas com aquelas adotadas pela Companhia; (iii) determinação dos valores justos dos ativos assumidos e passivos adquiridos; (iv) determinação do ágio pago na aquisição; e (v) tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participações remanescentes de não controladores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que as divulgações em notas explicativas das demonstrações financeiras são consistentes com dados e informações analisados em nossa auditoria. Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, os seguintes principais procedimentos: (i) Entendimento dos principais controles operacionais associados ao processo de Combinação de Negócios, alocação do preço de compra e identificação do ágio e outros ativos intangíveis. (ii) Avaliação da competência técnica dos preparadores da administração e consultores externos responsáveis pelas estimativas. (iii) Leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com as aquisições, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle pela Companhia. (iv) Com o auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada pela Companhia para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado. (v) Efetuamos análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados. (vi) Com base nas informações e documentos obtidos, efetuamos ainda o recálculo da determinação do ágio apurado na transação e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Porque é um PAA

***Impairment* do ativo intangível com vida útil indefinida - ágio por expectativa de rentabilidade futura**

Conforme descrito nas Notas 5.3.14 e 18, a Companhia possui ativo intangível com vida útil indefinida, gerado por ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios realizadas em 2022 e em exercícios anteriores cujo valor é relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022. A administração elabora anualmente teste para avaliar a necessidade ou não de redução do ágio ao seu valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos. Por esses motivos, consideramos essa área como sendo foco de nossa auditoria, uma vez que diferentes premissas utilizadas pela administração na projeção de resultados futuros podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio, e consequentemente impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma material.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria em relação à subjetividade das premissas e relevância dos valores envolvidos, executamos os seguintes procedimentos: (i) Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao teste do valor recuperável do ágio realizado pela administração. (ii) Avaliamos a competência técnica dos preparadores da administração e consultores externos responsáveis pelas estimativas. (iii) Realizamos reuniões com a administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, considerando as Unidades Geradoras de Caixa, e suas aprovações. (iv) Os procedimentos de auditoria abaixo descritos foram executados com o apoio dos nossos especialistas em avaliação de ativos: • Comparação das premissas relevantes com o Plano de Negócios aprovado pela administração. • Avaliação da razoabilidade das premissas relevantes, incluindo comparações com estimativas publicadas por fontes de mercado independentes, quando aplicável. • Discussão dos critérios utilizados pela administração e seus consultores para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação. • Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela administração. (v) Realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em exercícios anteriores. (vi) Avaliamos se as divulgações das análises de *impairment* do ágio foram adequadamente incluídas em nota explicativa. Consideramos que as divulgações em notas explicativas das demonstrações financeiras são consistentes com dados e informações analisados em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas Notas 5.3.15(i) e 24, a Companhia e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza tributária, cível e trabalhista. Os processos judiciais estão sob a tutela de advogados externos especializados e são monitorados pela diretoria jurídica interna tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, bem como na apuração dos valores relacionados à provável saída de recursos. Os processos cíveis massificados, muito embora sejam suportados por advogados externos especializados, são provisionados pelos valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, e os aspectos considerados para classificação do prognóstico de perda de um processo como provável, possível ou remoto, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração para a determinação da probabilidade de perda. Por esses motivos, esse assunto permanece uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os principais procedimentos de auditoria abrangeram: (i) Entendimento dos controles internos da área, envolvendo a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas. (ii) Testes sobre a totalidade das bases de contingências, a partir de confirmação externa para 100% dos advogados. (iii) Testes de aderência as respostas dos advogados externos. (iv) Revisão das principais atas de reuniões e reuniões com a administração para discussões de processos judiciais. (v) Análises retrospectivas em base amostral sobre a consistência e a acuracidade do prognóstico de perda esperado nos períodos anteriores confrontando com as perdas/ganhos em processos que tiveram desfecho ao longo do ano corrente. (vi) através da utilização de ferramentas de análise de dados, foi feita a avaliação da consistência de prognósticos de perda para processos com características semelhantes. (vii) Confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte. (viii) Com relação aos processos de maior relevância quantitativa ou qualitativa, substancialmente processos de natureza tributária, analisamos, com o apoio de nossos especialistas, a probabilidade de perda dos processos judiciais, baseado nas jurisprudências mais atualizadas de acordo com a natureza de cada processo. (ix) Avaliamos se as divulgações das contingências mais significativas foram adequadamente incluídas em nota explicativa. Consideramos que as divulgações em notas explicativas das demonstrações financeiras são consistentes com dados e informações analisados em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Estimativa de realização futura de ativos fiscais diferidos

Conforme descrito nas Notas 5.3.4(ii) e 13, as demonstrações financeiras incluem ativos relativos a créditos tributários, substancialmente oriundos de diferenças temporárias, cuja constituição e realização estão suportadas por estudo técnico que demonstra as estimativas de capacidade de realização futura. Devido ao grau de julgamento envolvido nas definições das premissas utilizadas nesse estudo e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas teriam nas demonstrações financeiras, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os principais procedimentos de auditoria foram os seguintes: (i) analisamos o estudo técnico de realização dos créditos tributários disponibilizado pela administração; (ii) examinamos, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como histórico de resultados, aspectos tributários envolvidos, entre outros fatores; (iii) envolvemos especialistas da área Tributária em relação a consistência; assim como; (iv) efetuamos a análise do recálculo matemático incluídos no estudo técnico suporte aos créditos tributários. Consideramos que as divulgações em notas explicativas das demonstrações financeiras são consistentes com dados e informações analisados em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2022, sem ressalvas. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2022, examinamos também os ajustes descritos na Nota 5.5. que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2021. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2021 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 31 de março de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Helena Petribu de Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 01/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/01/BCBF1568691501042023.pdf

Hash:16803014576a484a64b0d84efba8d7f5e65f8300b9